

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXVIII

FLORIANÓPOLIS, 25 DE JUNHO DE 2019

NÚMERO 7.462

MESA

Julio Garcia
PRESIDENTE

Mauro de Nadal
1º VICE-PRESIDENTE

Rodrigo Minotto
2º VICE-PRESIDENTE

Laércio Schuster
1º SECRETÁRIO

Pe. Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO

Altair Silva
3º SECRETÁRIO

Nilso Berlanda
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Maurício Eskudlark
Vice-Líder: Coronel Mocellin

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Luiz Fernando Vampiro

BLOCO SOCIAL LIBERAL

Líder: Maurício Eskudlark
Lideranças dos Partidos
que compõem o Bloco:

PL PSL

Maurício Eskudlark Ricardo Alba

BLOCO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Milton Hobus
Lideranças dos Partidos
que compõem o Bloco:

PSD PDT

Kennedy Nunes Paulinha

PSDB PSC

Vicente Caropreso Jair Miotto

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Fabiano da Luz

BLOCO PARLAMENTAR

Líder: Nazareno Martins
Vice-Líder: José Milton Scheffer
Lideranças dos Partidos
que compõem o Bloco:

PP PSB

João Amin Nazareno Martins

PRB PV

Sergio Motta Ivan Naatz

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Milton Hobus - Vice-Presidente
Paulinha
Fabiano da Luz
Luiz Fernando Vampiro
Ivan Naatz
João Amin
Coronel Mocellin

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Maurício Eskudlark - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Luciane Carminatti
Jerry Comper
Ivan Naatz
Nazareno Martins
Ricardo Alba

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Luciane Carminatti
Jerry Comper
Romildo Titon
Ricardo Alba

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Felipe Estevão - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Dr. Vicente Caropreso
Neodi Saretta
Volnei Weber
Luiz Fernando Vampiro
Nazareno Martins

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Paulinha - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Fabiano da Luz
Moacir Sopelsa
Volnei Weber
João Amin
Nazareno Martins
Sargento Lima
Marcius Machado

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Dr. Vicente Caropreso - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Luciane Carminatti
Valdir Cobalchini
Fernando Krelling
Jessé Lopes

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Fernando Krelling - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jair Miotto
Ada De Luca
Ivan Naatz
Felipe Estevão

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Milton Hobus
Fernando Krelling
Jerry Comper
Bruno Souza
José Milton Scheffer
Sargento Lima
Marcius Machado

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

José Milton Scheffer - Presidente
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Marcos Vieira
Neodi Saretta
Volnei Weber
Coronel Mocellin

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Jair Miotto - Presidente
Luiz Fernando Vampiro - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Luciane Carminatti
Ada De Luca
Bruno Souza
Felipe Estevão

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Ivan Naatz - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Dr. Vicente Caropreso
Jair Miotto

Luiz Fernando Vampiro

Romildo Titon

Marcius Machado

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Ada De Luca - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Milton Hobus
Moacir Sopelsa
Bruno Souza
Jessé Lopes

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO IDOSO

Ricardo Alba - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Dr. Vicente Caropreso
Luiz Fernando Vampiro
Romildo Titon
Sergio Motta

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Milton Hobus - Presidente
Coronel Mocellin - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Fabiano da Luz
Jerry Comper
Volnei Weber
Nazareno Martins

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Milton Hobus
Fabiano da Luz
Valdir Cobalchini
Ada De Luca
Bruno Souza

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luciane Carminatti - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Paulinha
Fernando Krelling
Nazareno Martins
Ana Campagnolo

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Marcus Machado - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Jair Miotto
Neodi Saretta
Moacir Sopelsa
Romildo Titon
Bruno Souza

COMISSÃO DE SAÚDE

Neodi Saretta - Presidente
Dr. Vicente Caropreso - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Valdir Cobalchini
Ada De Luca
José Milton Scheffer
Jessé Lopes

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Sergio Motta - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Jair Miotto
Paulinha
Romildo Titon
Ana Campagnolo

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Fernando Krelling - Vice-Presidente
Jair Miotto
Luciane Carminatti
Ada De Luca
Sergio Motta
Sargento Lima

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

Jerry Comper - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Neodi Saretta
Moacir Sopelsa
João Amin
Ana Campagnolo

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela editoração, diagramação e por tornar público os atos da Assembleia Legislativa.</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão.</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXVIII NESTA EDIÇÃO: 16 PÁGINAS</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 008ª Sessão Especial realizada em 27/05/2019..... 2</p> <p>Atos da Mesa Atos da Mesa 7</p> <p>Publicações Diversas CPI 7 Ofícios 14 Portarias 14 Redações Finais 15</p>
---	---	--

P L E N Á R I O

ATA DA 008ª SESSÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2019 EM COMEMORAÇÃO AOS 190 ANOS DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ NO ESTADO DE SANTA CATARINA PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Amin) - Boa noite a todos!

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial e convido, neste momento, as autoridades que irão compor a Mesa e que serão nominadas a seguir:

Excelentíssimo senhor Derian Campos, Secretário Executivo de Articulação Internacional, neste ato representando o excelentíssimo senhor Governador do Estado de Santa Catarina, Carlos Moisés da Silva;

Excelentíssimo senhor Cônsul Geral da Alemanha, Thomas Schmitt;

Excelentíssimo senhor Loreno Weissheimer, Procurador, neste ato representando a Procuradora Geral do Estado, Célia Iraci Cunha;

Excelentíssimo senhor Guido Feuser, Procurador de Justiça, neste ato representando o excelentíssimo senhor Procurador-Geral da Justiça de Santa Catarina, Fernando da Silva Comin;

Excelentíssimo senhor Prefeito do Município de São Pedro de Alcântara, Ernei José Stähelin;

Excelentíssimo senhor Prefeito do Município de Joinville, Udo Döhler;

Reverendíssimo Pároco do município de São Pedro de Alcântara, Padre Carlos André Paixão.

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, a presente sessão especial foi convocada por solicitação deste deputado, e aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares em Comemoração aos 190 Anos da Imigração Alemã no Estado de Santa Catarina.

Neste momento, teremos a interpretação do Hino Nacional brasileiro pela Associação Coral de São Pedro de Alcântara e pela Associação Coral Poesis, de Antônio Carlos, sob a regência do maestro Silvério Petri.

(Procede-se à interpretação do hino)
Gostaria também de registrar e agradecer a presença das seguintes autoridades:

Excelentíssimo senhor Prefeito do município de Biguaçu, Ramon Wollinger;

Excelentíssimo senhor Neri Amaral, Vice-Prefeito do Município de São José, neste ato representando a excelentíssima senhora Prefeita Adeliara Dalpont;

Senhor Presidente do Conselho Estadual de Cultura, Marcondes Marchetti;

Excelentíssimo senhor Vice-Prefeito do Município de São Pedro de Alcântara, Edson José da Silva Filho;

Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara do Município de São Pedro de Alcântara, Vereador Charles da Cunha;

Excelentíssimo senhor Secretário de Turismo do Município de São Pedro de Alcântara, Mário Müller;

Excelentíssimo senhor Secretário de Cultura e Turismo do Município de Joinville, Raulino Esbiteskoski;

Senhor Presidente da Fundação Cultural de Blumenau, neste ato representando o excelentíssimo senhor Prefeito de Blumenau, Mário Hildebrandt;

Excelentíssimo senhor Cônsul Honorário da República Federal da Alemanha em Blumenau, Hans Dieter Didjurgeit;

Senhor Conselheiro do Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica, Eduardo Deschamps;

Senhor Vereador do Município de São Pedro de Alcântara, Erni Antonio Trierveiler;

Senhora Vereadora do Município de São Pedro de Alcântara, Francisleine Kuan Panavati;

Senhor Vereador do Município de São Pedro de Alcântara, José Sérgio Flores;

Senhor Vereador do Município de São Pedro de Alcântara, Moacir José Schell;

Senhor Vereador do Município de São Pedro de Alcântara, Roberto Enning;

Senhor Vereador do Município de São Pedro de Alcântara, Amarildo Nazareno Stähelin; [Degrvação: Northon Bousfield]

Senhor Vereador do Município de Blumenau, Jens Juergen Mantau;

Senhor Presidente da Academia de Letras de São Pedro de Alcântara, Augusto Barbosa Coura Neto;

Senhor Vice-Presidente da Academia Catarinense de Letras, Moacir Pereira;

Senhor Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Joinville, José Manoel Ramos;

Senhora Embaixadora da Associação Cultural Deutsche Wett, Ingrid Aurinser do La Martiné;

Senhora Dolores Carolina Tomaselli, Vice-Presidente, neste ato representando o senhor Presidente da Associação de Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville, Moacir Tomazi;

Senhor Manoel Timóteo de Oliveira, Relações Públicas, neste ato representando o senhor Presidente da Associação Comercial e Industrial de Florianópolis, Rodrigo Rossoni;

Senhor Luiz Hames, Câmara de Assuntos Legislativos, neste ato representando o senhor Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, Mário Cesar de Aguiar;

Senhor Comandante do Agrupamento da PM de São Pedro de Alcântara, Subtenente da PM Márcio Roberto da Silva;

Senhora rainha das Associações dos Clubes de Caça e Tiro de Blumenau, Sasha Bener Bauer;

Senhora primeira princesa da Associação dos Clubes de Caça e Tiro de Blumenau, Giane Prochnow.

A seguir, convido para fazer uma breve exposição da história destes 190 Anos da Imigração Alemã em Santa Catarina o senhor doutor João Klug.

O SENHOR DOUTOR JOÃO KLUG - Quero cumprimentar o ilustre deputado João Amin, autor da convocação para esta sessão especial; todos os homenageados desta sessão e as autoridades aqui presentes.

Prezados senhores e senhoras, falar de 190 anos da presença alemã em Santa Catarina significa falar da história de pessoas, de famílias, de comunidades. E falar da história de pessoas significa falar de uma história de sucessos, mas também de uma história de fracassos, pois esta é a realidade das pessoas, dos grupos, das sociedades humanas.

Nosso estado seguramente é conhecido, no cenário nacional e internacional, a partir de sua identidade, *sui generis*. Trata-se de uma identidade, em grande medida, hifenizada, às vezes com hífen oculto, e às vezes claramente manifesto. E na construção da identidade catarinense concorreram várias etnias, tais como alemã, hoje aqui homenageada, italiana, austríaca, polonesa, ucraniana, leta, japonesa, entre outras em menor número. De tal forma que podemos falar em teuto-catarinenses, ítalo-catarinenses, nipo-catarinenses e assim por diante.

Hoje lembramos aqui, de modo especial, a presença alemã em Santa Catarina, que neste ano completa 190 anos. Entendo ser totalmente justa esta sessão em homenagem à imigração alemã. No entanto, como historiador e considerando o cenário multiétnico aqui descrito, penso que esta Casa, em momento oportuno, também deveria homenagear as várias etnias anteriormente nominadas, somadas às etnias autóctones, que se fazem presente nesse estado, tais como os Guaranis, os Xoklengs, os Kaingang, bem como os negros, e estas últimas quase inviabilizadas. Cumpre-me chamar atenção de que não há etnia melhor ou superior que outras. Elas apenas são diferentes e devem ser vistas e valorizadas em suas diferenças, respeitando-se a alteridade, as diferentes manifestações culturais e diferentes cosmovisões.

Falar de 190 anos da imigração alemã em Santa Catarina, além da comemoração e homenagens, o momento nos remete a pensar no quadro atual do movimento migratório internacional. Dados estatísticos da

Acnur - Agência para Refugiados da ONU indicam que 68,5 milhões de pessoas foram forçadas a deixar os seus países no ano passado. Isso significa que em torno de 45 mil pessoas são deslocadas a cada dia, ou uma pessoa é deslocada a cada dois segundos.

Também no século XIX, na primeira metade dos anos 1800, houve emigração forçada de alemães; a documentação fala, claramente, de uma *Zwangsauswanderung*, uma emigração forçada e, nesse contexto, dezenas de famílias migraram para o Brasil. Dentre as quais, emigrantes do estado alemão da Turíngia, os quais, após uma passagem por fazendas de café no Rio de Janeiro, vieram para Santa Catarina e formaram a comunidade de Santa Isabel, no atual município de Águas Mornas, próximo a Florianópolis.

Para algumas regiões, como foi o caso da região de Rudolstadt, na Turíngia, era mais fácil e barato exportar os miseráveis do que cuidar da miséria e investir na sua superação, lá onde ela se fazia presente. E, assim, dezenas de famílias foram coagidas a abandonar os seus vilarejos de origem.

É notório que ao longo do século XIX milhares de alemães emigraram por absoluta necessidade e falta de perspectiva em sua terra de origem, o que nos remete a pensar: Quem migra? Por que migra? Para onde migra? A grande diferença da emigração do século XIX para a emigração de milhões de indivíduos na atualidade é que, naquela época, havia vários países dispostos, e não apenas dispostos, mas ávidos por receber esse contingente de *outsiders*, de marginalizados nos seus países de origem na Europa. E hoje, o mundo ficou menor e ninguém se dispõe a aceitar esse contingente de marginalizados, e muito menos respeitar as diferenças e a alteridade.

Destaco o relato intitulado "10 anos no Brasil", escrito em 1833 pelo militar suíço-alemão Carl Seidler, contratado pelo Exército Imperial Brasileiro. Seidler, tendo vivido alguns meses aqui em Desterro, evidenciava em sua narrativa o nível de miséria de aproximadamente 800 alemães aqui na ilha. Durante a longa espera pela demarcação dos seus lotes, vendiam os seus poucos pertences, ferramentas e até roupas, andando maltrapilhos, mendigando pelas ruas da então Vila Capital, expondo suas pústulas purulentas nas pernas e braços, consequência de doenças tropicais até então desconhecidas.

Em um movimento pendular entre sucessos e fracassos, os 190 anos de Imigração Alemã em Santa Catarina nos remete a pensar na contribuição que esta etnia trouxe para o nosso estado na área econômica, cultural, social, etc. Com os imigrantes alemães, verifica-se o início das colônias agrícolas policultoras, minifundiárias, com base na mão de obra familiar e que tanto contribuiu para o desenvolvimento do estado, com uma formação de um segmento médio rural. Verifica-se, também, proliferação de iniciativas diversas em pequenas oficinas, as quais ao longo do tempo tomaram vulto, e muitas se tornaram indústrias de projeção nacional e internacional. [Degravação: Jéssica]

Com a imigração alemã, o comércio e prestação de serviços recebe um considerável impulso nas cidades já constituídas e naquelas que se constituíram, exatamente em função do crescimento das colônias. É notável ainda que na área da educação, a partir de meados dos anos 1850, houve uma proliferação considerável de escolas comunitárias, especialmente no meio rural. Nestas pequenas escolas construídas e mantidas pela comunidade, ali as pessoas se reuniam, ali se discutiam os assuntos relevantes da comunidade, ali, aos domingos, aconteciam às celebrações religiosas. Era, portanto, o espaço genuinamente comunitário construído pela comunidade para suprir uma carência para a qual, primeiramente a província de Santa Catarina, depois o Estado de Santa Catarina e também o Império brasileiro, não tinham

sensibilidade e, na ausência desta sensibilidade, não havia recursos para suprir esta necessidade.

Centenas de pequenas escolas fizeram parte da paisagem das colônias alemãs no sul do Brasil, alfabetizando e formando indivíduos. Eu chamo atenção: alfabetizando e formando indivíduos, e não apenas informando indivíduos. Mas os ventos políticos mudaram no Brasil e no mundo, e entre nós o discurso nacionalista e antigermânico ocupou a agenda, e desenvolveu-se o receio de que os imigrantes alemães e seus descendentes pudessem colocar em risco a soberania nacional.

Concretamente, a maioria absoluta dos teuto-catarinenses estava muito mais preocupada com suas lavouras, com seus animais, com as suas oficinas, os seus comércios e serviços do que com a nova configuração política da Europa. Mesmo assim, desenvolveu-se certo medo, também em Santa Catarina, o qual se denominou de perigo alemão, o pangermanismo. Esqueceu-se que as comunidades alemãs estavam devidamente inseridas na sociedade catarinense há mais de 70 anos, e os reveses logo se fizeram sentir. Os teuto-catarinenses foram tratados como inimigos, e como inimigos deveriam ser combatidos.

Com a adoção de uma política nacionalista imposta pelo governo Vargas, a rede de escolas, que congregava em torno de duzentas escolas espalhadas por todo o estado de Santa Catarina, foi sumariamente fechada, o que significou um duro golpe no cotidiano das comunidades. O estado que durante décadas esteve ausente, apesar das veementes solicitações das colônias alemãs, quando se fez presente o fez de uma forma intempestiva e truculenta. O tempo, no entanto, foi um aliado. A conjuntura política em nível internacional, nacional e estadual mudou. Passado o equívoco, as comunidades hifenizadas, entre as quais a comunidade teuto-catarinense, evidenciou que tinha contribuído e que continua contribuindo para que Santa Catarina apresente esta fisionomia, uma sociedade multifacetada e com muitos sotaques.

Que os 190 anos da imigração alemã também nos estimulem a olhar com respeito à diversidade e valorizar a alteridade.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (deputado João Amim) - Muito obrigado ao senhor doutor João Klug pela sua manifestação. Neste momento, faço uso da palavra na qualidade de autor do requerimento que ensejou a presente sessão.

Eu vou pedir licença à Mesa, que já foi nominada. E antes das minhas breves palavras, eu queria agradecer a dona Annita, que nos recebeu e nos ajudou com seu tempo, com a sua dedicação, disponibilizando o Max Müller, eu não esperava.

A organização e disciplina alemã já são bastante famosas, principalmente lá em casa, onde a dona Ângela Heinzen puxou muito a orelha, sempre pediu o horário. Mas eu não esperava que a sessão fosse tomar esta dimensão, que as pessoas se deslocariam de tão longe, e confesso que fazia tempo que eu não ficava nervoso para falar.

Então, em nome da dona Annita, da dona Dolores, do Max Müller, do ex-senador e ex-governador Casildo Maldaner, eu queria nominar as pessoas que se encontram aqui hoje. O Guilherme Grillo também, que não passou pelo cerimonial, mas dá a honra da sua presença hoje, aqui.

Muito obrigado a cada um de vocês que se faz presente nesse momento especial, não somente para a Assembleia, mas para Santa Catarina. Quero fazer também um agradecimento especial ao vereador Luciano Kretzer do município de São Pedro de Alcântara, que também ajudou muito a nossa equipe, o nosso gabinete a formatar este ato solene tão prestigiado.

É com enorme satisfação que nos reunimos hoje, aqui na Assembleia Legislativa,

para a comemoração dos 190 anos da colonização alemã em Santa Catarina. Independente das demais iniciativas para celebrar esta passagem, o Parlamento catarinense não poderia deixar de realizar uma sessão especial como forma de marcar este aniversário. Confesso também que não é fácil falar depois do Dr. João, mas vou me esforçar bastante. Peço licença para registrar meu traço germânico, que não é facilmente identificado, mas na gênese da minha mãe é o sobrenome Heinzen, por parte do seu pai, e Schmitt, por parte da sua mãe, que a maior parte do Heinzen a mim e as minhas irmãs. Esta proximidade se reflete em nossa afeição ao povo, aos costumes e a tudo de positivo que representa esta comunidade que há quase dois séculos se instalou em terras catarinenses.

A história conta que, em data de 1º de Março de 1829, o nascimento da Colônia São Pedro de Alcântara, quando as margens da projetada estrada Desterro/Lages se instalaram aqui muitos de nossos antepassados, e aqui me incluo. Naquele momento histórico, diversos fatores contribuíram para a grande imigração de alemães, entre eles as dificuldades sociais que a Europa atravessava, as perseguições políticas e religiosas, além do desejo puro e simples de buscar uma melhora de vida em outras paragens.

Foi assim que, em novembro de 1828, chegaram a então Desterro, após uma longa travessia do Atlântico, as embarcações Luiza e Marquês de Viana. Estes veleiros traziam a bordo 635 imigrantes, entre eles agricultores, artesãos e soldados, provenientes, em sua maioria, da região do Rio Mosela. No ano seguinte, sucessivas levadas de imigrantes se estabeleceriam na região, onde hoje é denominada São Pedro de Alcântara. Passados 190 anos, enxergamos com facilidade por todo estado de Santa Catarina os traços da colonização alemã. [Degravação: Roberto Machado]

A tenacidade no trabalho, a perseverança, a criatividade e a religiosidade deste povo contribuíram de forma inestimável para o nosso desenvolvimento. O saudoso governador Jorge Lacerda, em artigo intitulado "Ao Pé da Ladeira Catarinense" destacou, entre outras, a influência do imigrante alemão no sucesso da colonização e da ocupação territorial de Santa Catarina. Nesse lapidado artigo, o governador salienta o gene do empreendedorismo como ferramenta mestra neste processo. E é este traço, o do empreendedorismo, que coloco como precioso legado que nos foi herdado.

Para tanto, com a devida compreensão dos presentes, ilustro este argumento, citando o empresário Carl Hoepcke, nome que se confunde com o desenvolvimento de Florianópolis e de Santa Catarina, tamanha sua influência e serviços prestados para nossa gente. Ainda me cabe ressaltar neste discurso, em relação à herança destes 190 anos de colonização, o comprometimento, a disciplina e as tradições que nos foram legadas e que hoje nos orgulham. Como sinônimos desses quesitos, cito de forma muito respeitosa o nosso Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville, a mais antiga instituição do gênero no país, e que desde 1892 presta serviços gratuitos à comunidade no combate a incêndios e atendimento pré-hospitalar.

Dito isto, e feita nossa homenagem àqueles que por sua representatividade hoje, aqui, foram laureados, é hora de celebrar com todos vocês estes 190 anos da nossa São Pedro de Alcântara e, conseqüentemente, da colonização alemã em Santa Catarina. Convido todos para uma salva de palmas para esse município, que hoje transcende as barreiras geográficas e se transforma em símbolo da união e das nações.

(Palmas)
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A seguir, convido o mestre de cerimônias para proceder à nominada dos homenageados desta noite.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Marcos Roberto Pereira) - Senhoras e senhores, uma boa noite. Neste momento, o Poder Legislativo catarinense, em sessão especial, presta homenagem aos 190 anos da imigração alemã em Santa Catarina.

Convidamos o excelentíssimo senhor deputado estadual João Amim para fazer a entrega das homenagens.

O SR. PRESIDENTE (deputado João Amim) - Gostaria que o prefeito de Joinville e o cônsul me acompanhassem na entrega das homenagens. Por favor!

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Marcos Roberto Pereira) - Convidamos para receber a homenagem, em nome dos Clubes de Caça e Tiro de Blumenau, o senhor presidente Moacyr Flor.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)
Convidamos para receber a homenagem, em nome da Deutsche Schule Für Joinville - Associação Educacional Luterana Bom Jesus, o senhor Roberto Luiz Carneiro.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)
Convidamos para receber a homenagem o senhor Genésio Deschamps.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)
Convidamos para receber a homenagem, em nome da Igreja Evangélica de Confissão Luterana em Santa Catarina, os pastores dos sinodos do estado: Sinodo Norte Catarinense, com sede em Joinville, pastor sinodal Cláudio Bumann. Sinodo Uruguai, com sede em Chapecó, pastor sinodal Jair Luiz Holzschuh. Sinodo Centro-Sul Catarinense, com sede em Florianópolis, pastor sinodal Joel Schlemper.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)
Convidamos para receber a homenagem, em nome do Instituto Cultural Brasil-Alemanha/Blumenau, a senhora presidente Isabel Grasel, a senhora diretora executiva Eva Ruth Maier e, de Joinville, a senhora diretora Cristine Paust.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)
Convidamos para receber a homenagem, em nome do Instituto Carl Hoepcke, a senhora presidente Annita Hoepcke da Silva.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas) [Degravação: Roberto Machado]

Convidamos para receber a homenagem, em nome da Congregação das Irmãs da Divina Providência, a coordenadora provincial, Irmã Sandra Judite Roaris e a Irmã Clea Fuck, cronista e historiadora.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)
Convidamos para receber a homenagem concedida ao Poder Executivo Municipal de São Pedro de Alcântara o excelentíssimo senhor prefeito, Ernei José Stähelin.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)
Convidamos para receber a homenagem em nome da Obra Kolping Estadual de Santa Catarina, o senhor vice-presidente, Rogério Seemann, e o senhor coordenador estadual, Fabian Graneto.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)
Convidamos para receber a homenagem em nome da Sociedade Harmonia Lyra, o senhor presidente, Dr. Álvaro Cauduro.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradecemos ao excelentíssimo prefeito municipal de Joinville, Udo Döhler, juntamente com o senhor cônsul geral da Alemanha em Santa Catarina, e ao deputado estadual João Amim pela entrega das homenagens.

Esta sessão está sendo transmitida ao vivo e será reprisada durante a semana. Acompanhe a programação.

Muito Obrigado!

(Palmas)

O SR. ALVARO CAUDURO (deputado João Amim) - Agora sim, convido para fazer uso da palavra, em nome dos homenageados, o senhor doutor Álvaro Cauduro.

O SR. ALVARO CAUDURO - Excelentíssimo deputado estadual João Amin, proponente desta sessão especial. Eu peço licença, vou fazer algumas citações aqui, mas são importantes. Queria citar o excelentíssimo senhor Derian Campos, que é secretário de estado e representa a nossa região de Joinville.

Excelentíssimo senhor prefeito Udo Döhler, que neste momento tem uma tripla função aqui, um triplo mérito na sua presença. Primeiro, é conhecido de todos como Chefe do Executivo de Joinville. Em segundo lugar, o que também é mais ou menos evidente pelo sobrenome, é um descendente direto de imigrantes alemães. E aqui eu faço ainda uma pequena referência, o bisavô do nosso prefeito foi a pessoa que construiu e instalou o primeiro tear em Santa Catarina, isso em 1881, mudando então o destino de uma família e de um povo, na verdade, a partir desta iniciativa. E, finalmente como um benemérito das artes, o prefeito Udo Döhler é um grande apoiador da arte e da cultura.

(Palmas)

Queria fazer uma referência ao Cônsul-Geral da Alemanha, Thomas Schmitt.

Uma referência a ilustríssima senhora Annita Hoepcke da Silva, que é presidente do Instituto Carl Hoepcke, uma instituição importante dedicada à difusão e preservação da cultura e da memória do seu patrono Carl Hoepcke, um visionário, imigrante também.

Ilustríssimo senhor José Manuel Ramos, presidente na nossa CDL de Joinville, que é uma instituição parceira e uma benemérita cultural, e aqui também se faz acompanhado do diretor-executivo Jorge Domingues.

Ilustríssimo senhor Moacir Bogo, que é um destacado empresário do setor de transporte e turismo do nosso estado de Santa Catarina, e que ombréia comigo na diretoria da sociedade Harmonia-Lyra, sendo responsável pelas finanças da nossa sociedade, que nunca foram tão saudáveis até então.

Queria também destacar outro joinvilense presente, o ilustre ex-deputado Sérgio Silva, que esteve nesta Casa e foi eleito por Joinville.

Ilustríssimo senhor Raulino Esbiteskoski, nosso secretário da Cultura e Turismo de Joinville.

Faço um destaque especial para a Irmã Clea Fuck, da Congregação das Irmãs da Divina Providência, porque a irmã Clea é fundadora da Academia de Letras de Joinville e, até hoje, membro desta academia.

(Palmas)

Queria fazer aqui uma referência ao talentosíssimo Douglas Hahn, que é o maior expoente do canto lírico de Santa Catarina, joinvilense, veio aqui nos prestigiar, é um barítono de importância e relevância internacional.

(Palmas)

Eu estou citando os joinvilenses aqui, não é? Puxando a brasa para o nosso assado!

Queria citar o Roberto Carneiro, vice-presidente do Conselho da Deutsche Schule, atual Colégio Bom Jesus, uma importantíssima instituição.

O pastor Cláudio Burmann, pastor do Sinodal da Igreja Luterana do Norte, que abrange a nossa região.

A Dolores Tomaselli, vice-presidente do Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville.

Autoridades aqui já citadas pelo protocolo.

Ilustríssimo jornalista Moacir Pereira, que representa a imprensa.

Demais autoridades, senhoras e senhores.

Uma cidade, um estado se mede pela força das suas instituições, e estas serão tão fortes quanto maior for a sua capacidade de trabalharem unidas em prol do grande objetivo comum, que é o de construir uma sociedade melhor e mais justa. As situações que eu fiz, nas minhas saudações iniciais, não foram de caráter meramente protocolar, mas são de pronto o reconhecimento justo e o desejo de com eles compartilhar esta homenagem que nós estamos recebendo.

Foi com muita satisfação que eu recebi o convite para, em nome da Sociedade Harmonia Lyra e dos demais homenageados, falar um pouco sobre o papel da imigração germânica na formação de Santa Catarina. Um papel essencial que, ao longo destes 190 anos, contribuiu para que o nosso estado tivesse características ímpares em áreas como cultura, economia e desenvolvimento humano entre tantas outras. [Degravação: Roberto Machado]

A chegada dos imigrantes alemães ao Brasil começou por volta de 1824. Em Santa Catarina, começaram a chegar um pouco depois, em 1829, instalando-se, como já foi dito, na região de São Pedro de Alcântara, e depois outras colônias vieram, como Blumenau, em 1850, e Joinville, em 1851. Na época, cruzaram o oceano para chegar a um continente estranho, com condições climáticas desconhecidas e sem a certeza do que estava por vir. Para a maioria, era um ato de coragem de quem já não tinha mais esperanças na vida em sua terra natal. Para o imigrante que aqui chegava, Santa Catarina representava mais do que um lugar para morar e trabalhar, representava a esperança de ter uma vida melhor e um futuro para os filhos, e eles agarraram esta esperança com afinco.

Trouxeram para estas terras a disciplina, a organização, o foco no trabalho, a capacidade de inovação diante das adversidades, o amor pelas artes, pela música, pelo teatro, pelas mais variadas manifestações culturais. Trouxeram o zelo pela educação e pela fé, embora a maioria fosse de origem simples e trabalhasse de sol a sol para garantir a sobrevivência e progredir. Esses pioneiros sabiam que a cultura de um povo é que diferencia e faz ir à frente. Assim cultivaram a própria cultura, valorizando seus hábitos e costumes, construindo escolas juntamente a igrejas, mantendo o próprio idioma e o ensinando aos seus descendentes.

Isso fez com que até 1939, mais de um século depois dos primeiros imigrantes germânicos pisarem no solo catarinense, seus descendentes ainda tivessem como primeiro a língua alemã e fossem, inclusive, alfabetizados nesse idioma. Joinville, apesar das muitas mudanças pelas quais tem passado nas últimas décadas, ainda tem elementos e instituições que marcam a cultura germânica. A Sociedade Harmonia Lyra, que tenho a honra de presidir, é um desses exemplos. Fundada em 1858, quando Joinville contava apenas sete anos de existência, sobreviveu aos desafios do início da colonização na segunda metade do século XIX.

No começo, guiados por visionários como Ottokar Doerffel e Eduardo Trinks, os associados não tinham sequer um palco ou um teto para as apresentações de teatro, mas usavam a criatividade e a força de vontade para montar peças em cima de cavaletes. O importante era criar, alimentar o espírito, abrir os horizontes, e isso somente a arte e a cultura possibilitam. Era preciso recriar, pelo menos em parte, o ambiente cultural que havia na Europa de então. Não era possível permitir que a densa floresta e a rudeza das condições embruteassem os corações e as mentes, afastando-as da civilidade já conquistada. E pela importância, eu repito: somente pela trilha da arte, do desenvolvimento cultural é que esta população teria alguma chance de não sucumbir.

Hoje, sobrenomes alemães, de difícil pronúncia para quem somente fala português, são citados com naturalidade por todos os catarinenses, e estas famílias, de forma consciente, creditam o sucesso econômico à base cultural que souberam preservar. Nem por isso houve facilidades, ao contrário, os tempos nunca foram fáceis, alguns especialmente difíceis, muitas crises, duas guerras mundiais.

É, portanto, notável que instituições como a Sociedade Harmonia Lyra estejam firmes às vésperas de completar 161 anos de atividade, e não temos dúvida que o mérito cabe à perseverança obstinada dos imigrantes que com sua cultura, suas obras e seus costumes nos deixaram um legado muito valioso. Assim como Harmonia Lyra, vemos por todo estado instituições e elementos que nos remetem ao dia a dia, à presença germânica ao longo de dois séculos, e nos ajudam a compreender por que Santa Catarina chegou ao século XXI como o melhor estado para se viver neste país.

Agradecemos muito à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, ao deputado João Amin, que propôs esta homenagem e, em nome de todos os homenageados, muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Amin) - Muito obrigado pela contribuição, senhor doutor Álvaro Cauduro.

Neste momento, convido para fazer uso da palavra o excelentíssimo prefeito do município de São Pedro de Alcântara, senhor Ernei José Stähelin.

O SR. ERNEI JOSÉ STÄHELIN - Muito boa noite! Gostaria de cumprimentar o presidente da Mesa, estendendo minha saudação a todos os integrantes, e já, de antemão, agradeço ao deputado João Amin pela brilhante iniciativa de homenagear o povo de São Pedro de Alcântara, o povo de Santa Catarina e todos os descendentes da cultura alemã. Também gostaria, de início, destacar que não foi falado por ele aqui, mas nas minhas falas, cito como exemplo de fluxo migratório a deputada Ângela Amin, e gosto de falar de fluxo migratório a partir de São Pedro de Alcântara. Então, vou concluir esta parte, se me permite, e após falo um pouco sobre a história de São Pedro de Alcântara e sua situação atual.

Pelo lado do avô materno de João Amin, tem-se o resultado de um fluxo migratório que surgiu a partir de São Pedro de Alcântara, que durante uma parte de sua história foi considerado um centro irradiador da imigração. Muitas famílias chegavam aqui especialmente do Desterro, iam para São Pedro de Alcântara e de lá tomavam, muitas vezes, outros rumos. O avô dele, rumo à direção sul, São Martinho, terra do desembargador Rossner, subiu a serra para Bom Retiro e depois seguiu para o Médio Vale.

Os Schmitt, parte da avó dele, vieram de um fluxo migratório iniciado a partir de São Pedro de Alcântara na direção do Vale do Itajaí, em 1837. A família Schmitt deslocou-se um pouquinho mais tarde para o Vale, mas ele também é resultado desse encontro de Heinzen, na direção sul, indo à direção da serra. E os Schmitt, saindo de São Pedro de Alcântara, muitos lá permaneceram, a minha mãe também é Schmitt, mesma origem da família do deputado, foram nesta direção e lá se encontraram, na realidade proporcionando esse encontro.

Aqui temos o nosso Hans Dieter Didjurgeit, que também é fruto desse processo migratório, apesar de nascido em Blumenau, mas seus antepassados estiveram por São Pedro de Alcântara, deputado, e lá depois compraram um carro de boi e, durante alguns dias no início do século passado, tiveram esse caminho para Blumenau. Hoje, é um típico imigrante, faço como referência também, sem a sua permissão, mas sempre falo isso.

Então, vejamos bem, foram 635 alemães destinados à Colônia São Pedro de Alcântara, que começaram a fixar-se ao longo do primeiro caminho, aberto a partir de 1788 por determinação do presidente da Província de Santa Catarina, e o responsável por esta abertura foi Antônio José da Costa. Lá em São

Pedro de Alcântara tem um petróglifo com a data de 1789, época em que registraram a sua passagem por aquele caminho na frente daquela pedra. [Degravação: Taquígrafa Elzamar]

Para se ocupar, então, o vasto sertão vazio, era o caminho que ligava Desterro ou São José da Terra Firme, no continente, até Nossa Senhora dos Prazeres das Lajes, hoje Lages. Os alemães começaram a ser colocados lá, onde tiveram uma série de dificuldades, pois fizeram a travessia do Atlântico em duas embarcações. Em uma delas, foram 77 dias, sete mortes e três nascimentos; essa parou no Rio de Janeiro. A outra embarcação levou 141 dias, segundo o historiador Aderbal Philippi, foi muito tempo, esta embarcação também ancorou no Rio de Janeiro, porém não foi permitido o desembarque, com isso, em seguida, vieram para Desterro, chegando em novembro de 1828.

O 1º de março, na realidade, é uma referência importante de uma carta escrita pelo então administrador da Colônia de São Pedro de Alcântara, Silvestre José dos Passos, major da Província de Santa Catarina, e ele relata o assentamento de famílias na margem desse caminho, que depois foi denominado São Pedro de Alcântara, isso no dia 1º de março. Na realidade, essas famílias naturalmente estiveram lá um pouco antes, até porque chegaram em novembro na Ilha de Santa Catarina.

Aqueles fatores que foram nominados pelo historiador João Klug, às vezes, em minha fala, incluo a vinda da família real, e acredito também que Napoleão Bonaparte teve uma grande influência em trazer esse povo a São Pedro, porque a abertura dos portos às nações amigas, e a vinda da família Imperial portuguesa proporcionaram, então, que depois viessem esses alemães para cá. E Napoleão foi importante neste processo, pois a família portuguesa, literalmente, fugiu da Europa, vindo para Santa Catarina, dado que Napoleão estava chegando e eles tinham que ir para algum lugar, logo, acabaram indo para o Brasil. Então, esse é o raciocínio que nós desenvolvemos, pode ser que não tenha nada a ver, mas nós acreditamos, pois Napoleão ajudou a desorganizar um pouco a economia europeia, tendo em vista a Revolução Francesa, e ele teve influência bastante expressiva nesse processo que nós consideramos relevante. Outro fator importante é que nós fomos colocados de lado, eu, inclusive, quando jovem, o pessoal me chamava de "alemão batata", como queijo com barata", mas para nós discriminar, um alemãozinho lá do interior, o qual era agricultor e tinha que trabalhar na roça.

Eu quero dizer a vocês com convicção, vamos analisar, em 1838, a República Juliana. Foram recrutados alemães de São Pedro de Alcântara na composição do Exército Brasileiro, na Província de Santa Catarina, para acabar com a República Juliana. Em 1864, a Guerra do Paraguai, só da família Franzner, lá do Arroz Urbano, aquele Franzner de Jaraguá do Sul é o mesmo de São Pedro, foram três voluntários, e em São Pedro de Alcântara tiveram muitos outros, assim como de Blumenau e outras regiões, que lutaram realmente a favor do Brasil.

Na Primeira Guerra Mundial, aconteceu a mesma situação. Na Segunda Guerra Mundial, muitos nomes alemães combateram o nazifascismo, foi uma realidade. Conheço de São Pedro o sr. Antônio Kniss; o Irineu Pauli, lá de Antônio Carlos; o sr. Hileson, de Santa Maria, o Schmitt, nossos conhecidos que estiveram lá. E naturalmente que o cemitério de Pistoia, na Itália, se alguém visitar, ou no Rio de Janeiro, para onde foram transferidos os restos mortais dos combatentes da FEB, terão inúmeros sobrenomes de origem alemã. Nós somos brasileiros de origem alemã e com muita alegria e honra. Isso para nós é motivo hoje de orgulho.

Não foi durante a guerra e no pós-guerra que nós fomos discriminados, éramos praticamente os imprestáveis, mas tudo isto mudou, felizmente, até porque Santa Catarina, se analisar, tem um pezinho lá em São Pedro de Alcântara, citei aqui a questão do deputado, da família dele.

Mas vamos lá, Lauro Severiano Müller, ex-governador de Santa

Catarina, com três mandatos, ministro da Aviação, deputado federal, senador, embaixador do Brasil no Uruguai e nos Estados Unidos, com raízes em São Pedro de Alcântara, apesar de nascido em Itajaí; Irineu Bornhausen; Jorge Bornhausen; Felipe Schmidt e Colombo Machado Salles, que está vivo, também tem familiares em São Pedro de Alcântara.

Além disso, na política, temos a expressão do povo de origem alemã pela disciplina, um exemplo típico, a deputada Ângela Amin, o deputado João Amin, além do Cônsul Honorário da Alemanha, voluntário em atividades da área da saúde, e hoje o nosso prefeito de Joinville. Família empreendedora, que criou empresas, como a Embraco e Consul. Tendo um dos integrantes, o sr. Wittich Freitag, ajudado a desenvolver ambas as corporações, nome que orgulha Santa Catarina; Werner Eggon e Geraldo, empresários da WEG, indústria catarinense de grande pujança. Temos aqui a família Klotz de Blumenau, a família Weege de Pomerode, Malwee, por aí fora.

Contamos aqui também com um dos homenageados, o sr. Genésio Deschamps, eu não sabia desse feito, que criou a Academia de Letras de Joinville, também nascido em São Pedro de Alcântara, nossa irmã com muita alegria. Pessoal de Santa Catarina, povo de São Pedro de Alcântara, o fato é que nós também contribuimos de uma forma bastante expressiva para o desenvolvimento econômico, engrandecimento do nosso estado e qualidade de vida.

Vejo aqui todas as entidades que foram homenageadas, eu não as citei, não estava preparado para falar. Porém, quero dizer assim: quanta expressão em nossa comunidade, olha o trabalho do Kolping, por exemplo, ensine a pescar, vá à luta, trabalhe; os clubes de caça e tiro, todos; o pessoal voluntário, bombeiros voluntários, por aí fora.

O senhor Genésio, não sabia, diz que ele tem o maior escrito sobre famílias alemãs, e trabalhou sempre no silêncio, só apareceu agora. A todos que contribuem pelo desenvolvimento, pelo engrandecimento do nosso estado, o nosso muito obrigado.

E que nossa Santa Catarina continue sendo sempre o destaque a nível nacional, que mantenha esse nível de desenvolvimento e de crescimento econômico, graças ao povo catarinense e com a contribuição significativa de todos de origem alemã. Que Deus proteja esse povo para continuarmos contribuindo com o nosso país.

Muito obrigado deputado pela iniciativa, por esse momento tão importante para São Pedro de Alcântara e para Santa Catarina. Lembrando que só faltam 10 anos para 200 anos, por favor, se prepare e nos ajude a organizar isso como voluntário. Muito obrigado, que Deus nos proteja.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Amin) - Muito Obrigado ao senhor prefeito. Neste momento, convido o excelentíssimo senhor Cônsul-Geral da Alemanha, dr. Thomas Schmitt, para fazer uso da palavra. *[Degravação: Gabriel Michels]*

O SR. CONSUL GERAL DA ALEMANHA (Thomas Schmitt) - Excelentíssimo senhor deputado estadual, autor do requerimento que ensejou a presente sessão especial, João Amin; prezados integrantes desta Mesa de Honra; amigos presentes de São Pedro de Alcântara, Itapiranga, Blumenau, Joinville, Florianópolis e toda Santa Catarina.

Repetindo as palavras do prefeito de São Pedro de Alcântara: em primeiro de março de 1829, chegaram os primeiros imigrantes alemães em São Pedro, a primeira colônia alemã em Santa Catarina. A vinda foi um ato de desespero, isto devido à fome e a falta de perspectivas na época da Alemanha.

O esforço deles para abrir as primeiras clareiras e para construir um novo futuro foi quase sobrehumano. Hoje, todos nós admiramos o trabalho deixado pelos primeiros imigrantes. Estes imigrantes, seus filhos e os que vieram mais tarde, encontraram sua nova pátria no Brasil. Primeiro em São Pedro de Alcântara, logo em outros municípios de Santa Catarina, como também em outros estados do Brasil. Hoje em dia, um terço dos habitantes de

Santa Catarina tem, pelo menos, um antepassado alemão, e um nome bem difícil de pronunciar para o norte do país.

Como representantes dos descendentes destes imigrantes, alegro-me em ver aqui os prefeitos de São Pedro de Alcântara, de Joinville, e de outras comunidades que preservam as suas tradições alemãs. Os imigrantes vieram de várias partes da Alemanha, a maioria da região do Hunsrück, no nordeste da Alemanha, muitos também da Pomerânia, Pomerode. Mais tarde chegaram os *kaffeepflücker* da Turingia, já mencionados. Qualquer alemão pode perceber a procedência regional desses imigrantes pelos seus dialetos locais. Hoje, os descendentes destes imigrantes são todos orgulhosos brasileiros, e assim deve ser. Ao mesmo tempo, muitos nunca esqueceram a origem de seus antepassados. Isto também é importante, pois eles são a ponte entre o Brasil e a Alemanha contemporânea.

Trabalhamos em parceria para o nosso futuro conjunto. Este futuro teuto-brasileiro existe em diversas áreas. Uma condição importante para a formação do futuro em comum é que falemos uns com os outros e que nos entendamos, por isso idiomas são importantes. Alegro-me que muitas escolas em Santa Catarina ofereçam um bom ensino de alemão. O Instituto Goethe atende, em Santa Catarina, mais de 140 instituições com o ensino de língua alemã, e mais de 23 mil alunos.

Um dos focos de cooperação, no momento, está nas escolas municipais. Está aí uma ótima base para nossas pontes, porém estas pontes podem se fortalecer ainda mais. Como resultado de uma conversa com o novo secretário da Educação do estado, em março deste ano, uma pesquisa da secretária da Educação identificou 46 escolas estaduais interessadas em oferecer o ensino de alemão. A cooperação entre a secretaria da Educação do Estado e o Instituto Goethe já possui uma longa tradição. O novo termo de cooperação entre estas instituições está sendo elaborado e deve ser assinado nos próximos meses. Queremos fomentar o ensino da língua alemã em instituições que já oferecem, como também ampliá-lo para novos projetos, como nestas 46 escolas da rede estadual.

Mencionei antes os dialetos que os imigrantes alemães trouxeram. Até hoje estes dialetos são uma fonte de identidade para muitos catarinenses. Por isso, alegro-me muito o fato de que, há poucos dias, foi encaminhada ao governador uma sugestão de reconhecer o dialeto *Hunsrückisch* como Patrimônio Imaterial da Cultura Catarinense. Não sou especialista na legislação brasileira, não posso avaliar o significado jurídico desta medida. Mas, certamente, foi um ótimo passo para reafirmar a identidade cultural dos próprios catarinenses de origem alemã.

A proximidade com a Alemanha ocorre também através da parceria entre Santa Catarina e o estado de Thüringen, Turingia. Firmada em 2016, durante o Encontro Econômico Brasil-Alemanha, em Weimar. Posteriormente este compromisso foi firmado diversas vezes, por último em setembro de 2018, na visita do ministro da Economia da Turingia, Wolfgang Tiefensee, aqui em Florianópolis. A ata assinada nesta oportunidade menciona a cooperação no campo da ciência, educação, formação profissional, digitalização, desenvolvimento econômico na gestão de pequenas e médias empresas e infraestrutura sustentável.

Claro que esses projetos de cooperação não vivem somente de papéis assinados, mas principalmente da dedicação das pessoas. Eu sei que estes tipos de pessoas existem em Santa Catarina, e muitas destas estão reunidas nesta sala. Certamente, o meu consulado e a nossa embaixada em Brasília farão tudo o que estiver ao nosso alcance para fortalecer e expandir esta parceria. Nossos cônsules honorários em Blumenau e Joinville também tem um papel importante nisto.

O atual prefeito de Joinville, Udo Döhler, aqui presente, atuou como cônsul honorário até 2012. Seu sucessor desde 2013 é o doutor Rodrigo Bornhold. Agradeço ambos pelo excelente trabalho prestado para a Alemanha, e pelo fortalecimento do relaciona-

mento bilateral. Hans Dieter Didjurgeit trabalha em conjunto conosco há 13 anos, em Blumenau, como cônsul honorário da Alemanha. Há uma pequena diferença entre a Alemanha e o Brasil, pois concluímos nossa reforma previdenciária há vários anos. Agora, nossa idade de aposentadoria obrigatória na Alemanha é 67 anos. Para um brasileiro parece muito. Conhecendo Hans Dieter, quase não posso acreditar que ele já atingiu esta idade, mas é um fato. *[Degravação: Estephani]*

Amanhã, nomearemos, em Blumenau, sua sucessora, a advogada Susanne Klemz Adam, também presente aqui, em seu novo cargo como consulesa honorária da Alemanha.

(Palmas)

Alegro-me muito que Hans Dieter Didjurgeit esteja aqui nesta noite. Quero expressar diante do público presente como somos infinitamente agradecidos a ele pelo excelente trabalho dos últimos 13 anos.

(Palmas)

Não poderíamos ter escolhido em Blumenau um cônsul honorário melhor e mais comprometido. Esperamos que ele continue apoiando sua sucessora com sua grande experiência. E desejamos a Susanne Klemz Adam muito sucesso nos próximos anos.

Muito obrigado pela atenção e parabéns pelos 190 anos da Imigração Alemã no estado.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Amin) - Muito obrigado ao doutor Thomas Schmitt, cônsul geral da Alemanha, e em nome dele e do senhor Derian Campos, que representa neste momento o governador do estado de Santa Catarina; o senhor procurador Loreno Weissheimer, representando a senhora procuradora-geral, Célia Iraci da Cunha; o senhor Guido Feuser, procurador de Justiça, neste ato representando o senhor procurador-geral de Justiça, Fernando da Silva Comin; o senhor prefeito do município de São Pedro de Alcântara, Ernei José Stähelin; o senhor prefeito do município de Joinville, Udo Döhler; o pároco do município de São Pedro de Alcântara, padre Carlos André Paixão; a Associação de Clubes de Caça e Tiro de Blumenau, peça uma salva de palmas.

(Palmas)

Ao agradecer o presente que foi me dado, espero poder visitar na próxima vez que for ao município, e o meu muito obrigado; também agradeço ao Grupo de Danças Folclóricas Melhor Idade Kolping, de Itapiranga.

(Palmas)

Obrigado pela presença e daqui a pouco nos brindará novamente com o Hino de Santa Catarina, mas eu não poderia deixar de registrar os maravilhosos corais, como a Associação Coral de São Pedro de Alcântara, e a Associação Coral Poesis, de Antônio Carlos, sob a regência do maestro Silvério Petri. E aqui eu peça uma salva de palmas.

(Palmas)

Eu gostaria de pedir desculpas se em algum momento errei a pronúncia do nome do cônsul, se nós cometemos algum deslize, algum erro, mas não esperava um momento tão especial quanto desta noite. Foi muito mais especial do que poderíamos imaginar, foi muito emocionante tê-los aqui. E para os 200 anos deverão começar agora a pensar e caprichar ainda mais, porque eu sei que os 190 anos foram realmente, e está sendo, um calendário muito bonito.

A presença de vocês que vieram de longe, quantas horas de Itapiranga para cá, todo esse esforço é muito grande para nós tentarmos fazer aqui um momento muito especial, que faça valer a pena para todos nós.

Senhoras e senhores, a Presidência agradece a presença das autoridades e de todos que nos honraram com o seu comparecimento nesta noite, convidando-os para um coquetel no *hall* deste Poder.

Neste momento, teremos a execução do Hino de Santa Catarina.

(Procede-se à execução do hino.)

Esta Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para o dia subsequente, à hora regimental. *[Degravação: Taquígrafa Sílvia]* *[Revisão: Taquígrafa Sara]*.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 454, de 25 de junho de 2019

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1737/2019,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005,

CONCEDER APOSENTADORIA por tempo de contribuição, ao servidor **RICARDO BULCAO VIANNA**, matrícula nº 2055, no cargo de Analista Legislativo III, habilitação Nível Superior, código PL/ALE-20, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais e paridade na forma da lei, a contar de 1º de julho de 2019.

Deputado **JULIO GARCIA** - Presidente
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário
Deputado Nilso Berlanda - Secretário

* * *

ATO DA MESA Nº 455, de 25 de junho de 2019

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1731/2019,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005,

CONCEDER APOSENTADORIA por tempo de contribuição, ao servidor **FRANCISCO JOÃO DA ROSA**, matrícula nº 1253, no cargo de Consultor Legislativo, habilitação Nível Superior/Administrador, código PL/ASI-20, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais e paridade na forma da lei, a contar de 1º de julho de 2019.

Deputado **JULIO GARCIA** - Presidente
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário
Deputado Nilso Berlanda - Secretário

* * *

ATO DA MESA Nº 456, de 25 de junho de 2019

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1711/2019,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005,

CONCEDER APOSENTADORIA por tempo de contribuição, ao servidor **PAULO ROBERTO SCHULTE DA SILVA**, matrícula nº 1830, no cargo de Consultor Legislativo, habilitação Nível Superior/Administrador, código PL/ASI-19, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais e paridade na forma da lei, a contar de 1º de julho de 2019.

Deputado **JULIO GARCIA** - Presidente
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário
Deputado Nilso Berlanda - Secretário

* * *

ATO DA MESA Nº 457, de 25 de junho de 2019

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 24, da Lei Complementar nº 491, de 20 de janeiro de 2010,

PRORROGAR, por 30 (trinta) dias, os efeitos do Ato da Mesa nº 034/2019, de 30 de janeiro de 2019, que constituiu Comissão de Sindicância, a contar de 24 de junho de 2019.

Deputado **JULIO GARCIA** - Presidente
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário
Deputado Nilso Berlanda - Secretário

* * *

ATO DA MESA Nº 458, de 25 de junho de 2019

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

INCLUIR no Ato da Mesa nº 545/2015, de 19 de agosto de 2015, o servidor do Executivo - Secretaria de Segurança Pública à disposição desta Assembleia Legislativa **GEOVANI ANTONIO REIS**, matrícula nº 9838, a contar de 1º de julho de 2019.

Deputado **JULIO GARCIA** - Presidente
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário
Deputado Nilso Berlanda - Secretário

* * *

ATO DA MESA Nº 459, de 25 de junho de 2019

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

DISPENSAR CARLA MARIA EVANGELISTA VIEIRA PEDROZO, matrícula nº 3554, servidora da Prefeitura Municipal de Florianópolis, colocada à disposição desta Assembleia Legislativa, da função gratificada de Assessoria Técnica-Parlamentar, código PL/FG-4, do Grupo de Atividades de Função Gratificada do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2019 (Gab Dep Rodrigo Minotto).

Deputado **JULIO GARCIA** - Presidente
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário
Deputado Nilso Berlanda - Secretário

* * *

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

CPI

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES
ATA DA 12ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 0030-DL, DE 21 DE
FEVEREIRO DE 2019, PARA INVESTIGAR ILICITUDES PRATICADAS
NAS OBRAS DA PONTE HERCÍLIO LUZ EM PROCEDIMENTOS
LICITATÓRIOS OCORRIDOS DESDE A SUA INTERDIÇÃO ATÉ A
ATUALIDADE, REALIZADA NO DIA 5 DE JUNHO DE 2019, ÀS 17H, NA
SALA DE REUNIÕES DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Muito boa-tarde, senhora Deputada e senhores Deputados. Quero cumprimentar também as senhoras e os senhores telespectadores da TVAL, as senhoras e os senhores ouvintes da Rádio Digital Alesc, bem como as senhoras e os senhores que se fazem presentes na tarde de hoje.

Havendo quórum regimental, vamos dar início à reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, instituída pelo Ato da Presidência nº 0030-DL, de 21 de fevereiro de 2019.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Presidente, eu gostaria de relatar um fato que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Deputado João Amin...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Eu gostaria que fosse agora, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Mas primeiro as atas [discussão e votação], como é de praxe. Em seguida às atas, eu concedo a palavra a vossa excelência.

Senhores Deputados, vossas excelências receberam em seus respectivos gabinetes cópia da ata da 10ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pelo Ato da Presidência nº 0030-DL, de 21 de fevereiro de 2019, bem como cópia da ata da 11ª Reunião.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem as queira discutir, colocamos em votação. Os senhores Deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Por questão de ordem, o Deputado João Amin com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Senhor Presidente. (Passa a ler.)

“Segundo a agenda da ALESC, no dia 30/05/2019 havia reunião ordinária da Comissão de Agricultura e Política Rural na sala de comissões no período entre as 08:30 e 10:00 horas.

Na sequência, das 10:00 até as 11:30 estava agendada Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito que seria presidida por mim.

Acontece que no horário marcado, 10 horas, a reunião da CPI não pode começar porque a reunião da Comissão de Agricultura e Política Rural ainda não havia acabado.”

Nesse meio tempo conversei com o Bruno, conversei com alguns técnicos aqui, com a própria testemunha, que estava aqui e não poderia estar em Florianópolis hoje, quarta-feira.

“A Coordenação das Comissões, em um primeiro momento, não estava presente no local e quando chegou informou que a reunião deveria ser realizada em outra sala. Obviamente que eu neguei isso, tendo em vista que por se tratar de ato público e formal, indispensável seja realizado no local previamente designado. Isto em homenagem ao princípio de publicidade, previsto no artigo 37 da Constituição Federal.” Isso poderia ter ocorrido, se acontecesse, poderia, na mão de um bom advogado, requerer a “nulidade nos atos, foi mantida a reunião, que começou com 35 minutos de atraso.

Solicito que a coordenação das Comissões tome maiores cuidados para que isso não volte a acontecer.” (*Cópia fiel.*)

Eu fui induzido ao erro e poderia ter jogado o trabalho do Bruno, dos técnicos, dos Deputados... poderia ter jogado no lixo o trabalho. Então peço um maior cuidado para que isso não volte a acontecer. E peço que seja transcrito em ata, que conste em ata, essa minha declaração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Senhora Deputada, senhores Deputados e Deputado João Amin, vossa excelência está coberto de razão, foi feito o agendamento da reunião, no dia e hora, neste local, e dever-se-ia ter iniciado na hora acordada.

Peço à taquigrafia que insira a fala do Deputado João Amin na ata da reunião de hoje e peço à assessoria que elabore minuta de ofício para que eu possa oficiar o ato e o feito ao senhor Presidente desta Casa, solicitando que não ocorra mais o fato narrado por vossa excelência e comprovado pelos demais senhores Deputados.

Senhores Deputados, passada a fase da discussão das atas, vamos à ordem do dia.

O senhor Deputado Bruno Souza apresenta requerimento [pedindo a ouvida] de novas testemunhas, quais sejam: o senhor Tolstói Maia Duarte, sócio administrador da empresa TEC e do Consórcio Roca-TEC; o senhor Sidney Lourenço Dal Sasso, engenheiro civil da empresa TEC; o senhor Hubert Beck Júnior, engenheiro civil da TEC; o senhor Neri dos Santos, Secretário de Estado dos Transportes e Obras em novembro e dezembro de 1987; o senhor Marcos João Rovaris, Secretário de Estado dos Transportes e Obras de 1983 até março de 1987; e o senhor José Aceldo Gaio, diretor-geral do DER em novembro e dezembro de 1987.

Em discussão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Bruno Souza.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Gostaria só de fazer uma ressalva, qual seja, se nós conseguirmos ouvir a testemunha que está em Minas Gerais e impossibilitada de vir e conseguirmos as informações que pretendemos, esses três últimos serão futuramente dispensados, não sendo necessário ouvi-los, caso nós consigamos fazer a oitiva com a testemunha de Minas.

(*O senhor Deputado Estadual João Amin manifesta-se fora do microfone: “Qual é o nome da de Minas?”*)

Roberto Nogueira Costa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Senhores Deputados, o Deputado Bruno faz a sugestão de que, se esta Casa ouvir a testemunha de Belo Horizonte... Vossa excelência pode repetir o nome?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Roberto Nogueira Costa. [*Transcrição: Janis Joplin Zerwas Leite*]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Se esta Casa ouvir o senhor Roberto Nogueira Costa, ficam dispensados da oitiva os senhores Neri dos Santos, Marcos João Rovaris e José Aceldo Gaio.

Então vamos aprovar, preliminarmente, a convocação dos senhores Tolstói Maia Duarte, Sidney Lourenço Dal Sasso e Hubert Beck Júnior.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada a convocação dos três primeiros.

Senhores Deputados, também o Deputado Bruno pede a prorrogação do prazo da CPI por mais noventa dias - faz um arrazoado e apresenta aos senhores Deputados. Solicite que fosse...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - São 120, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - São 120? Mas vossa excelência colocou na imprensa que era por noventa dias.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Não fui eu que coloquei (*ri*).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Eu fiquei sabendo pela imprensa hoje. Vossa excelência (*ininteligível*) sabia?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - (*Ri.*) Na verdade eu acabei encontrando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Nós, Deputados que fazemos parte da Comissão, não ficamos sabendo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Eu fiquei... eu encontrei o jornalista, ele me perguntou e eu falei, sim, que eu iria pedir uma prorrogação, mas não foi uma nota enviada por mim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Então vossa excelência diga a ele que ele errou, pois falou noventa dias, e eu cheguei hoje aqui com a cabeça feita para aprovar os noventa dias.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Eu lamento, lamento o ocorrido, mas na verdade não foi a intenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Mas eu peço à assessoria que tira cópia, entregue aos senhores Deputados o arrazoado do Deputado Bruno para que leiam e, ao final desta reunião, depois da avaliação de cada um dos senhores Deputados, nós vamos decidir ao final da reunião.

Vamos, então, à ouvida das testemunhas. Nós temos para hoje duas testemunhas, o senhor Ricardo Procopiak Saporiti e o senhor Fernando Vieira Torres.

Eu consulto o Relator desta CPI qual das duas testemunhas quer ouvir por primeiro?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor Fernando Vieira Torres.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Então convido o senhor Fernando Vieira Torres para tomar assento e solicito que o senhor Ricardo Saporiti se dirija à sala da Coordenadoria das Comissões e aguarde ser chamado, por gentileza.

(*O senhor Ricardo Procopiak Saporiti deixa o recinto.*)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Presidente, posso prestar um esclarecimento para os Deputados sobre...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Vossa excelência está com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Deputados, na verdade é apenas em nível de esclarecimento. Com o depoimento do senhor Fernando e do senhor Ricardo, nós encerramos a parte mais antiga das oitivas, relacionada aos contratos mais antigos, e os dois depoimentos tendem a ser breves.

Então, agradeço desde já por toda essa paciência e acompanhamento em toda a Comissão e nós vamos encerrar, provavelmente hoje, essas oitivas. Apenas em nível de esclarecimento para os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Recebo da Deputada Luciane Carminatti ofício comunicando sua ausência no dia de hoje, tendo em vista consulta médica.

Senhor Fernando Vieira Torres, o senhor, por gentileza, tem a sua identidade ou já foi?...

Ponha a cópia aqui na minha mesa, por gentileza.

(*A assessoria entrega cópia da identidade do senhor Fernando Vieira Torres ao senhor Presidente.*)

Senhor Fernando, nós gostaríamos que o senhor dissesse o seu nome completo...

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - ...a sua profissão, a data de nascimento e o seu endereço completo.

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Ah, tá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Fale bem nítido no microfone para que a taquigrafia possa fazer os devidos registros, por gentileza. [*Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos*]

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Fernando Vieira Torres...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - A sua profissão.

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Engenheiro civil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - A data de nascimento.

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - 1º/11/1950.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - E o seu endereço completo.

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Rua José do Patrocínio, 312, CEP 88070-400, Capoeiras, Florianópolis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - O senhor recebeu um ofício sendo convocado para estar hoje aqui nesta CPI para prestar um testemunho. O senhor sabe o motivo por que está aqui?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - O motivo é o que eu li na...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - E o que o senhor leu? Vir dar um depoimento na CPI da Ponte. É isso?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - A convocação da CPI da Ponte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - O.k. O senhor promete dizer a verdade, somente a verdade, no dia de hoje nesta CPI?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Prometo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - O senhor também não é obrigado a responder todas as perguntas; se desejar ficar calado, o senhor também pode ficar calado.

O senhor se faz acompanhado de advogado?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Não? Ok.

Passo a palavra, então, ao eminente Deputado Bruno Souza para iniciar com as perguntas. Na hora em que o senhor falar, fale mais perto do microfone para que se entenda bem.

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Ah, tá, tudo bem.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Muito obrigado por ter atendido esta convocação. Na verdade o senhor foi convidado a vir aqui porque o senhor foi membro da comissão do DER que acompanhou o contrato firmado com a empresa Usimec, no ano de 88... 82, perdão. É para que nós possamos encontrar algumas repostas, talvez o senhor possa nos auxiliar nesse objetivo.

Então eu já começo perguntando: o senhor poderia discorrer sobre a sua trajetória no DER e os cargos e as funções que exerceu e os respectivos períodos?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Eu não... eu não vou me lembrar, assim, de tudo exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O que lembrar, o senhor pode nos informar?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Eu entrei no DER em 1976 como chefe das Patrulha Mecanizadas, até 81. Depois eu fui fiscal do Serviço de Conservação da Ponte Hercílio Luz, de 81 em diante - não lembro até quanto -, e mais tarde fui também chefe de Serviço de Conservação na Diretoria de Operações do DER.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Certo.

O senhor poderia especificar qual foi o período em que fez parte da comissão que acompanhava o contrato com a empresa Usimec e Steinman, na década de 80? Qual foi o período ali?...

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Não lembro mais, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Não lembra?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Tá.

Em relação a esse contrato com as empresas Usimec e Steinman, até que etapa ele foi executado?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Olha... até que etapa eu não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor não sabe dizer...

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ...o percentual dele que foi atendido? Até qual etapa...

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Foi iniciado e foi interrompido, foi abandonado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E o que dele foi feito? O senhor sabe especificar?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - O que foi feito eu não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor sabe me dizer se houve alguma paralisação desse contrato? Ou melhor, qual foi o motivo da paralisação que o senhor acabou de alegar?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Olha, eu não sei porque que... O motivo eu não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor não lembra?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Não, não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas o senhor era da comissão que acompanhava o contrato.

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Mas as decisões são tomadas... escalão superior.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E nada foi informado ao senhor?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Não, nada foi informado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Ninguém se questionou o motivo de que...

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ...do porquê ele foi parado?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Só aceitaram?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Foi interrompido, mas não foi... não foi nos informado porque...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E o que se comentava no DER à época dos possíveis motivos da interrupção?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - ã, não sei de comentários.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Pois é, e quando o senhor fala que essa decisão veio dos escalões superiores...

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Da onde? Esta decisão partiu da onde de interromper esse contrato?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Eu não sei. não sei. Pode ser do governo do Estado, do Governador, do Secretário.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor faz parte da comissão e essa comissão foi informada. Por quem foi informada? Foi informada por quem, de que seria interrompido o contrato?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Não recebi nenhuma informação que ia ser interrompido o contrato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Como o senhor ficou sabendo que o contrato foi interrompido então?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Pelo que a gente vê, até ali fora, na imprensa, pela obra que tá parada, que ficou parada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Tá. E qual era a sua função na comissão, então?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Fiscalizar os serviços de restauração da ponte, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Fiscalizar os serviços?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - É, os serviços.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então o senhor estava fiscalizando um contrato que estava em execução. E o senhor não se perguntou quando ele foi...

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ...interrompido?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Eu lembro... Que eu me lembro, não passou da fase de projeto. [Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Não passou da fase de projeto?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - É, não passou da fase de projeto e foi abandonado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Entendi.

O senhor não chegou a fazer uma fiscalização *in loco* da execução do projeto, então?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Não, não chegou a ser feito, o, o, a obra não chegou a ser feita.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Ele foi abandonado, então, antes de ser efetivado?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Foi abandonado... Na fase de projeto ou anteprojeto já foi abandonado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Entendi. E o senhor... mas não houve nenhuma mobilização de canteiro?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Não. Que eu me lembro, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Entendi.

Ainda em relação ao contrato da Usimec/Steinman, esses projetos que foram feitos foram entregues ao DER? O senhor sabe me dizer isso?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Não sei se foi entregue ao DER.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas o senhor fiscalizou alguma coisa?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Eu fazia parte da comissão, mas não, não, não passou pela minha mão, não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A comissão não chegou a fiscalizar nada, então?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Não, não chegou a fiscalizar nada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então a comissão nunca atuou?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - É isso o que o senhor está alegando?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor sabe ou lembra, pelo menos, se o projeto que a Steinman iria apresentar ou entregar, o senhor está me alegando que ela não chegou nem a entregar o projeto, então?...

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Sim. Que eu não lembro de, de ter entregado o projeto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor lembra, pelo que se falava, se o projeto era exequível ou não era? A proposta da Steinman, porque provavelmente os senhores conversavam, era uma proposta exequível?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Não lembro de, de... Não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor acompanhou algum outro contrato relativo à Ponte Hercílio Luz, como fiscal?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Eu acompanhei o contrato de, de, da conservação da ponte. Isso de 81 até... não me lembro quando foi...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Pode citar as empresas?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Foi a empresa Roca, na época.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Só a Roca?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Só a Roca. Fui fiscal na época que a empresa era a Roca.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor fez parte de alguma outra comissão que acompanhou a execução de projetos para a ponte?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Outra comissão foi essa que o senhor citou.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Não, além dessa?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Além dessa, não. Mais nenhuma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Na época do contrato com a Usimec, o Estado, através do DER, firmou contrato de recuperação e manutenção com a empresa Roca e estabeleceu um convênio com a UFSC. O senhor lembra dessas referidas contratações?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Hum, eu lembro que houve, houve comentários entre o pessoal da comissão que... sobre a participação da UFSC, mas foi, pelo que eu me lembro, foi rejeitada a participação da UFSC no processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Por qual motivo?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Eu não sei, porque isso não foi decidido por mim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas não se conversavam dentro do DER? Os técnicos não se falam?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - É, eu me lembro que o presidente da comissão falou que não interessava a participação da UFSC.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - De fazer a participação ou executar o projeto? O senhor pode especificar? A UFSC chegou a entregar algum projeto?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Não, a UFSC não chegou a entregar nada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A UFSC não entregou nada?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Não realizou estudo nenhum, então?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Não, estudo nenhum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Não chegou a ir *in loco*, fazer algumas medições nas áreas?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Não, pelo menos que eu saiba, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Bom, o senhor trabalhava, era fiscal da obra, né, então o senhor deve, a sua informação deve ser?...

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - É que faz muito tempo também e muita coisa eu não lembro. Faz quase quarenta anos isso aí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas convenhamos que a Ponte Hercílio Luz é um caso singular, né? Então as obras ali também o são, pela...

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ... especificidade técnica da obra.

Senhor, e como funcionavam as atividades de fiscalização e supervisão dos contratos relativos à Ponte Hercílio Luz na sua época? Como o senhor fiscalizava?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Fazendo visitas regulares a, a, à obra. Eu estou falando da parte de conservação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Tudo bem.

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Que eu fui fiscal. E, e, e acompanhando os serviços, juntamente com o engenheiro da obra, que... encarregado de obras i, i, i...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então, indo e fazendo visitas regulares, é isso?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Regulares.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então eu presumo que existam relatórios sobre essas visitas?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas... Era uma fiscalização sem prestação de contas? Era uma fiscalização...

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Não. Existia a prestação de contas que era feita mensal pela empresa. [Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor, como fiscal, não confeccionava relatório algum?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então era uma fiscalização que não há como saber o que o senhor... O senhor fiscalizava e não fazia anotações, não fazia relatório?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - É... O que ocorria é que a empresa mensalmente me entregava o relatório com a... fatura. Daí eu... fazia a... conferência do processo al, e se estivesse de acordo, assinava... pela, pela, pelo pagamento da fatura.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então não há nenhum registro da sua fiscalização efetiva no local?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Não. Eles tinham uma... não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E a comissão, ela atestava os pagamentos desse contrato?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Não, nessa época que eu tô falando não era uma comissão... eu era... era o único...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Era o senhor?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Era o fiscal.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Era o senhor que atestava os pagamentos, então?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então pode-se dizer que os pagamentos efetivados nessa época o senhor fiscalizou e confirma...

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Confirmava os serviços feitos e o pagamento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então...

(O senhor Deputado Estadual Jessé Lopes manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

O Deputado Jessé tem uma pergunta também?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Não, com a palavra vossa excelência primeiro. Depois o Deputado Jessé, pela ordem, por gentileza.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - É que ele sugeriu aqui... Mas então o senhor faz na sequência, pode ser?

Senhor Fernando, o senhor tem alguma outra informação que gostaria de compartilhar com esta Comissão Parlamentar de Inquérito, algo que julgue interessante ou relevante para a elucidação dos fatos?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Não, não tenho nada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Uma última pergunta: os aditivos eram iniciados por quem?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Eu não sei, porque pela... por mim, pelo fiscal, não era... se foi feito aditivo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas quem determinava a necessidade deles? Quem atestava a necessidade deles?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Olha, na época que eu fui fiscal da conservação, que foi de 81 em diante, não soube de nenhum aditivo no contrato. Agora, houve outros contratos depois, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - De 81 até mais ou menos que ano? Diga um período, mais ou menos, para eu poder ter isso claro na minha cabeça.

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - É que eu não me lembro até que ano eu fui fiscal, que foi cessada a portaria que me designava fiscal.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Quantas vezes por semana o senhor estava na ponte?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Ah, quase que diariamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Quase que diariamente?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - É.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mesmo assim não tem nenhum relatório?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Presidente...

E da mesma forma também desconhece aditivos?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Desconheço, desconheço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Tá bom. Presidente, eu estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Senhores Deputados, havendo a participação do Deputado Bruno, Deputado Jessé Lopes, vossa excelência agora está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES - Senhor Fernando, o senhor disse que fazia a fiscalização.

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Sim...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES - E você assinava o documento de liberação...

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Liberação...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES - Essa liberação é a liberação da verba, no caso?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Do... Do...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES - Do pagamento?
O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Do pagamento da fatura...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES - E como era feita essa fiscalização? Você tinha que fiscalizar para liberar, como que era? Você só se baseava pelo relatório da empresa? Ou você fazia... Como que era feita a fiscalização?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - (*ininteligível*). Eu... eu tava frequentemente na obra. E depois vinha discriminado na... junto com a fatura tudo o que foi feito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES - E tu acordavas que estava feito aquilo?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - E aqui... Sim...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES - Você fazia uma fiscalização na obra? Na obra você fazia também essa fiscalização?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Fazia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES - E estava tudo o.k.?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - O.k. Isso foi na fase de... de...de... que... que a empresa que trabalhava lá era só a Roca.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES - Sei... E...

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Era uma empresa só e só um fiscal, que era eu.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES - E quem era o seu chefe imediato?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Era o... engenheiro Picanço, Nelson Picanço, ele era o diretor de Operações.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES - E você nunca recebeu uma influência dele para deliberar sem as devidas fiscalizações?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Não, não. Não, não. Não, não. Isso nunca houve.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES - Tá. O senhor não fazia o relatório dessas fiscalizações, assim?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES - A sua... Não?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Senhores Deputados... Deputado Sargento Lima, Deputada Marlene, Deputado João Amin, Deputado Fernando... (*Os Deputados citados declinaram usar da palavra.*) Também este Deputado não deseja fazer perguntas.

Senhores Deputados, não havendo mais quem queira fazer perguntas, eu agradeço a participação do senhor Fernando Vieira Torres nesta Comissão. Agradeço a sua estada aqui, muito obrigado, e peço à assessoria da Comissão que o conduza até o ambiente externo, por gentileza. [*Transcrição: Rafael de Souza Milke*]

O senhor está dispensado. Muito obrigado.

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES - Obrigado.

(*O senhor Fernando Vieira Torres deixa o recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Também peço para a assessoria que conduza a este ambiente o senhor Ricardo Procopiak Saporiti. (*Pausa.*)

Enquanto o senhor Ricardo Saporiti não vem, pergunto aos senhores Deputados se leram os argumentos do Deputado Bruno solicitando a prorrogação da CPI.

Consulto o Deputado Sargento Lima: está pronto para decidir sobre a prorrogação?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA - Dos noventa dias? (*Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Vossa excelência assistiu à televisão também. (*Risos.*) Não foi só eu, não foi só eu, vossa excelência também. (*Ri.*)

Deputado Jessé?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES - Tudo o.k. Eu acredito que os noventa dias tenham saído porque CPI na Câmara de Vereadores é de noventa. Talvez tenha sido esse o equívoco do jornalista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Pode ser. Deputado Fernando?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FERNANDO KRELLING - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Deputada Marlene?

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL MARLENE FENGLER - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Deputado João? (*O Deputado João Amin gesticula afirmativamente com a cabeça.*)

Havendo a concordância dos senhores Deputados, ficam prorrogados por mais 120 dias os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pelo Ato da Presidência nº 0030, de fevereiro de 2019.

(*O senhor Ricardo Procopiak Saporiti adentra o recinto.*)

Senhor Ricardo Procopiak Saporiti...

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Está aqui na mesa a identidade de vossa senhoria. Solicito a vossa senhoria que diga o seu nome completo, a data de nascimento, a sua profissão e o seu endereço completo. Por gentileza, no microfone.

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Ricardo Procopiak Saporiti, eu sou engenheiro civil, data de nascimento é 13/12/1944, o endereço é Rua Presidente Coutinho, nº 297, apartamento 504, bloco B-2.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - O senhor sabe por que está aqui hoje?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - O senhor não recebeu o ofício?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Eu recebi, mas o ofício só me convocou como testemunha. Agora...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - O ofício diz o seguinte, vou ler para vossa senhoria: "Cumprimentando-o, na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato da Presidência Nº 0030-DL, de 2019, para investigar ilicitudes praticadas nas obras da Ponte Hercílio Luz em procedimentos licitatórios ocorridos desde sua interdição até a atualidade, com fulcro no artigo 155, inciso II, combinado com o artigo 156, inciso IV, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, CONVOCO Vossa Senhoria, na qualidade de testemunha, para prestar informações quanto ao assunto acima citado." (*Cópia fiel.*)

O senhor leu isso?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Li.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Então o senhor tem conhecimento do porquê está aqui?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Do texto, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - O.k. Então, o senhor vai saber agora por intermédio das perguntas o restante da...

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - O senhor promete dizer a verdade, somente a verdade, no dia de hoje?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Prometo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - O senhor também tem o direito de ficar calado se desejar não responder alguma pergunta.

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Se faz acompanhado de advogado?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Então, passo a palavra ao eminente Deputado Bruno Souza, Relator da matéria.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Boa tarde, senhor Ricardo.

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Boa tarde, doutor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor foi convocado a esta CPI para tentar nos ajudar com o esclarecimento dos fatos e com a reconstrução histórica de toda a obra da Ponte Hercílio Luz, que é uma obra muito peculiar e tem aspectos muito específicos.

Então, gostaria de começar pedindo para o senhor discorrer sobre a sua trajetória no DER, os cargos e as funções que exerceu e os seus respectivos períodos. [*Transcrição: Ana Clara Mota.*]

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Pois não.

Eu... Deputado, eu entrei no DER em 18 de março de 1971 e no período daquela data até 31/12/1973 eu fui engenheiro residente do DER - na época eram duas residências, de Florianópolis e de Santo Amaro da Imperatriz. E como engenheiro residente do DER, eu tinha a obrigação também de ser fiscal das obras de... que estavam sendo executadas naquela época na Ponte Hercílio Luz. As obras na, naquela época, consistiam na... o estrado era todo ele estrado de madeira e ele foi substituído por um revestimento asfáltico. Então, foi esse trabalho que eu fui... acompanhei a execução naquela época. Isso deve ter sido, mais ou menos, entre 1971 e setenta... e 73 quando eu, eu sai lá da, da residência e fui atuar na Secretaria dos Transportes e Obras, no período de 1974 até, até 1982, onde eu fui coordenador de Planejamento da Secretaria de Transportes e coordenador das Obras de Recuperação Rodoviária na região sul do Estado, quando ocorreu aquela enchente de 1974, onde eu tive a oportunidade de trabalhar na região por volta de dois anos, mais ou menos, recuperando as estradas.

Depois disso eu fui... eu fui nomeado administrador do Fundo Estadual de Assistência Rodoviária e Desenvolvimento Econômico dos Municípios - era um fundo que ajudava as Prefeituras Municipais na execução das obras rodoviárias municipais e também obras de desenvolvimento urbano. Eu fui administrador desse Fundo de junho de 1975 até março de mil novecentos... de 1982. É... e de... de 1982 até 1985 eu fui chefe da Divisão de Supervisão de Programas Especiais do Departamento de Estradas de Rodagem. De 1985 até agosto de 2001 eu, eu fui cedido para o Ministério dos Transportes, em Brasília, onde eu fui, ã... o engenheiro responsável pela execução das obras das escolas técnicas federais e agrotécnicas, escolas agrícolas em todo o Brasil, e especialmente aqui em Santa Catarina. Eu, mais ou menos em... em dois mil e... em 1988, aproximadamente, eu não tenho bem certeza dessa data, eu vim de Brasília e fiquei é... lotado na Delegacia da... do... do Ministério da Educação em Santa Catarina, onde eu

acompanhei a execução das obras da... escola agrotécnica de Sombrio, a escola agrotécnica de Rio do Sul, a escola é... a Escola Técnica Federal de São José...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Uhum.

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Quer dizer, uma série de escolas agrícolas que foram feitas nas... nos Municípios e acompanhava todas as obras de, de melhoramentos de escolas através do Ministério da Educação.

É... e vim me aposentar em agosto de 2001. De 2001 pra cá eu tô atuando na iniciativa privada com uma empresa de engenharia que eu tenho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Perfeito.

O senhor poderia especificar qual foi o período em que fez parte da comissão que acompanhava o contrato com as empresas Usimec e Steinman na década de 80?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Eu... eu não... eu... pra ser bem sincero eu não me lembro bem dessa... porque nós trabalhávamos no DER e... o coordenador desta parte da, da recuperação da ponte, os contatos com a Steinman, que é uma empresa americana, eram feitos pelo doutor Cleones Bastos, que era um profissional já mais antigo do DER, conhecedor profundo do problema da Ponte Hercílio Luz. E o doutor Cleones ele tinha ainda um... um predicado que ele falava muito bem inglês, então todos esses... essas tratativas com a Steinman eram feitas através do doutor Cleones Bastos, um saudoso colega nosso do DER.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas o senhor fez parte de uma comissão de acompanhamento do contrato ou não?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Eu não me lembro, doutor... â... Deputado. Sinceramente eu não, não me lembro se eu fazia parte. Como, como eu tava nessa, nessa divisão de, de obras especiais do DER, eu posso ter acompanhado... é... até prestado assessoria nessa parte, mas eu não me lembro se eu fui nomeado pra essa comissão ou não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O seu nome consta nas atas.

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Bom, se consta, então eu fui nomeado. Agora, eu não me lembro desse, desse dado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Essas comissões, elas eram remuneradas na época?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Não, absolutamente. [Transcrição: Bruna Maria Scalco]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Em relação a esse contrato com as empresas Usimec e Steinman, o senhor sabe me dizer até que etapa ele foi executado?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Não sei lhe dizer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Sabe me dizer se houve paralisação desses contratos?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Eu, vagamente, eu lembro assim, que na época havia um problema financeiro muito sério e tinha dificuldade. Inclusive eu não sei nem se esse contrato foi assinado com a Steinman ou não, porque... Na verdade era um contrato pra execução do projeto da restauração da ponte, porque houve naquela época o problema do rompimento de uma barra de olhal e eles nos assessoraram, inclusive como que poderia ser feito pra, pra fazer um... um serviço assim, pra, pra minimizar o problema existente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E foi entregue esse projeto?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Eu não lembro disso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Ou até que etapa ele foi executado?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Não lembro, porque isso era coordenado pelo doutor Cleones Bastos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor sabe...

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Também isso... Deputado, isso deve ter sido mais ou menos 1982, 83...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Certo.

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Então, é um lapso de tempo muito grande pra...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas o senhor sabe se algum desses contratos, desses projetos foram entregues para alguém?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Não sei lhe informar, não sei lhe informar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E sabe dizer se alguma parte da obra chegou a ser executada, alguma parte desse projeto?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Olha, da parte da restauração, pelo que me consta, não foi feito nada; o que foi feito foi aquela, aquele reforço naquela barra de olhal que rompeu. Isso foi feito através da Roca inclusive, na época.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Certo.

O senhor acompanhou algum outro contrato relativo à Ponte Hercílio Luz?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Não, nenhum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Nenhum outro?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Só esse que eu me referi lá em 1972... 71, 72.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Como fiscal?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Como fiscal. Que eu era residente do DER, foi na época que foi tirado o estrado de madeira e foi feito o estrado com... com... com concreto asfáltico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E fez parte de alguma outra comissão que acompanhou a execução de projetos para a ponte?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Não, não fiz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Também não?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Na época desse contrato da Usimec, o Estado, através do DER, firmou um contrato de conservação e manutenção com a empresa Roca e estabeleceu um convênio com a UFSC. O senhor lembra dessas contratações?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor sabe...

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Não, eu não participei disso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Não participou disso?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Não, não participei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas sabe me dizer algo sobre esses contratos?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Eu, eu lembro assim, porque nós trabalhávamos numa sala da, da, do DER, o doutor Cleones, era eu e mais... mais um outro colega que trabalhávamos lá naquela sala, então a gente tinha contato ali da, da vivência diária ali, mas eu não... detalhes eu não.. não participei disso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas deve lembrar algo sobre o convênio com a UFSC?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Também não sei, não participei disso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor sabe me dizer se os fiscais que fiscalizavam esses contratos produziam algum tipo de relatório?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Não sei lhe dizer. Não sei, porque não era, não era do, do... vinculado a minha área, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas como o senhor acabou de dizer, conversavam, estavam na mesma...

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Conversávamos, exatamente, agora a responsabilidade era do...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Sim.

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - ...doutor Cleones, que era o presidente da comissão lá de...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas então sabe dizer se...

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Não sei....

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Se algum tipo de relatório era feito da fiscalização?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Não sei, porque eu não acompanhava isso, não fazia parte do meu, da minha...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Sabe me dizer como é que funcionavam as atividades de fiscalização e supervisão dos contratos relativos à ponte na sua época?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Na minha época, sim, porque nós tínhamos...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Como funcionava?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Era feito medições, tudo direitinho, né, mas isso naquela, naquele período lá, de 1971 a 73.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Pode detalhar mais como eram feitas as pesquisas?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Não, era, era acompanhando diariamente. A gente... Eu, além do setor rodoviário que eu cuidava, eu também sempre passava lá na ponte, via como é que estavam, quais eram as atividades que estavam sendo desenvolvidas. Problema de pagamento, medições e tudo mais eram feitos através da residência do DER.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então o senhor ia até o local?...

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O fiscal ia até o local?...

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Eu, eu volto a me referir, sim, eu estou me referindo ao período de 1971...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Sim.

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - ...até 1973, que eu era residente do DER. E aí a fiscalização era subordinada a minha pessoa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E eram confeccionadas algum tipo de relatório?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Eram todos os relatórios, tudo direitinho, mensalmente, medições e liberações de parcelas, normais.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Eram... sempre havia relatórios?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Sempre havia, como todo processo de engenharia deve ser, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então como todo processo de engenharia deve ser, provavelmente, então, os outros fiscais posteriores também fizeram relatórios?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Aí... aí, Deputado, com todos o respeito não cabe a mim responder isso, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas como o senhor acabou de alegar...

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - A boa engenharia manda isso, né, agora... não posso lhe afirmar. [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas, então, na sua época era...

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Na minha época era.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Era... era... tinha hábito de fazer o relatório?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Era feito medição, tudo direitinho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Perfeito. O senhor fez parte da comissão de licitação para essas obras de manutenção ou restauração?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - De manutenção e monitoramento da ponte?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Restauração. O senhor fez parte da comissão de licitação?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Não, não fiz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor nunca fez parte de uma comissão de licitação?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Nunca. Que eu me lembre, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor possui parentesco com o senhor Paulo Procopiak da Aguiar?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Sim, é meu primo, é meu primo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Ele é ex-sócio da Roca; e Luiz Fernando Procopiak de Aguiar?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - É meu primo também, irmão do Paulo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Que é ex-diretor técnico da Esteio Engenharia e Aerolevantamentos.

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Exatamente, exatamente. Dois profissionais extremamente competentes.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Como membro da comissão, o senhor acompanhava os contratos executados por essas mesmas empresas?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor era da comissão.

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Dessas mesmas empresas?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Sim, da Roca, o senhor acompanhava...

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Mas eu... eu, aí, Deputado, o senhor vai me permitir, eu não lembro se naquela época, em 1972, se o Paulo era sócio da Roca ou não, isso aí eu não me lembro e não... Eu nunca tive atividade profissional ligada com os meus parentes. Nunca.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Sim, mas o senhor, na verdade... O senhor era da comissão em conjunto com o Cleones, na época em que o Paulo era sócio da Roca.

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Eu vou ser bem sincero, Deputado, eu não lembro se eu era da comissão com o doutor Cleones Bastos. Eu não me lembro se tem portaria me designando pra isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Existe.

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Existe? Bom, se existe, então tá lá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor...

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Mas veja, eu cuidava da parte... a minha parte era de engenharia, a parte comercial não era conosco, ali com a comissão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas o senhor era da comissão que acompanhava os trabalhos.

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - O senhor falou que tem a portaria...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor não acha que existia um conflito de interesses, haja vista que o senhor era parente dos empreiteiros?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Absolutamente, absolutamente, Deputado, absolutamente. Eu sou um profissional que estou com cinquenta anos de formado, fiz agora em novembro do ano passado, me formei na Universidade Federal do Paraná. Agora, se o senhor for pegar o meu passado dentro dos órgãos públicos, o senhor não vai ver uma mancha assim na minha reputação profissional. Inclusive agora, que continuo atuando na área de rodoviária, nunca, assim, houve qualquer coisa que viesse a denegrir a minha pessoa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então na opinião do senhor não há problema nenhum um membro de uma comissão que acompanha uma licitação ser parente dos executores da licitação?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Olha, eu... eu nem sabia na época que eram sócio ou deixavam se ser sócio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O.k.

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Porque quando eu entrei lá a Roca já estava trabalhando na, na, na, na obra da Ponte Hercílio Luz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor, de alguma forma, influenciou a contratação dessas empresas?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Nunca, nunca, absolutamente. Nunca, não é do meu feito isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor tem alguma outra informação que gostaria de compartilhar com esta Comissão Parlamentar de Inquérito, que julga interessante ou relevante para a elucidação dos fatos?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Não tenho. Eu até parabeno a Comissão Parlamentar, agora eu não tenho, assim, nada que possa ajudar. Só que é muito difícil, pra qualquer profissional, num lapso de trinta, quarenta anos, você se recordar de detalhes. Isso é humanamente... é muito difícil. A pessoa vai ficando mais velha, já vai ficando, por natureza, mas esquecida, agora com um lapso de tempo tão grande assim, é muito difícil.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Senhor Ricardo, muito obrigado pela sua participação.

Presidente, eu me dou por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Senhores Deputados, o Deputado Jessé não deseja, o Deputado Sargento Lima não, a Deputada Marlene, o Deputado João, o Deputado Fernando e este Deputado também não. (*Todos os Deputados presentes declinaram usar da palavra.*)

Agradeço, então, a participação do senhor Ricardo Saporiti nesta Comissão. Vossa senhoria está dispensado, por gentileza.

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Peça à assessoria da Comissão que conduza o senhor Saporiti até a área externa deste ambiente.

(*O senhor Ricardo Procopiak Saporiti se retira do recinto.*)

Senhores Deputados, mais alguma manifestação dos senhores, de algum Deputado?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Deputado Bruno.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Presidente, apenas para salientar que nós, ontem, fizemos a primeira reunião entre os assessores dos Deputados com o intuito de que sejam sempre atualizados de todos os procedimentos da CPI, e isso será semanal. Então todos os Deputados que tiverem interesse e puderem mandar os seus assessores para que tenham todo o material sempre atualizado, nós estaremos sempre à disposição nessas reuniões para sempre tirar qualquer dúvida e esclarecer todos os fatos.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL MARLENE FENGLER - Eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Deputada Marlene, por gentileza.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL MARLENE FENGLER - Essa até era uma solicitação que eu iria fazer, porque senão... se a gente não conhece um pouco antes, aí fica difícil inclusive a gente se manifestar aqui, né, porque não... Então se tiver uma reunião anterior é melhor para a gente também poder participar mais efetivamente, né? [*Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Com certeza. Toda segunda-feira, às 13h30min, será feita justamente para isso, para que todos possam acompanhar.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL MARLENE FENGLER - Perfeito. Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Deputado João Amim, por gentileza.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - O último relatório do progresso da CPI é do dia 10/4/2019, não sei se há algum mais atualizado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Podemos também providenciar e encaminhar aos gabinetes, sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Deputado Bruno, Relator da matéria, fica acordado que vossa excelência vai atualizar todos os dados e repassar aos senhores Deputados que compõem esta Comissão.

Senhores Deputados, não havendo mais nada a deliberar, dou por encerrada a presente reunião, convocando outra, ordinária, para quarta-feira da semana que vem.

Muito obrigado e uma boa-noite a todos. *(Ata sem revisão dos oradores.)* [Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro / Leitura final: taquígrafa Siomara G. Videira]

DEPUTADO ESTADUAL MARCOS VIEIRA
PRESIDENTE

* * *

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 0253.5/2019

Ofício: 181/2019 Lages, 13 de julho de 2019.
Encaminha documentação para a manutenção de título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Beneficente Seara do Bem, de Lages, referente ao exercício de 2018.

Frederico Manoel Marques
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 19/06/19

* * *

OFÍCIO Nº 0254.6/2019

Ofício nº 0046/2019 Mafra (SC), 12 de Junho de 2019
Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Beneficente Professora Georgete, de Mafra, referente ao exercício de 2018.

Luis Carlos do Nascimento
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 19/06/19

* * *

OFÍCIO Nº 0255.7/2019

Ofício nº 001/2019 Penha, 24 de maio de 2019
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Instituto Beto Carrero, de Penha, referente ao exercício de 2018.

Rosa Maria Pinto de Carvalho
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 19/06/19

* * *

OFÍCIO Nº 0256.8/2019

Ofício Nº 031/2019 Campos Novos, 14 de Junho de 2019.
Encaminha documentação para manutenção de título de utilidade pública da Associação Camponovense de Apoio a Deficientes Auditivos e Visuais, de Campos Novos, referente ao exercício de 2018.

Erdinéia da Rosa Oliveira
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 19/06/19

* * *

OFÍCIO Nº 0257.9/2019

Of. Nº 027/2019 Caçador, 11 de junho de 2019.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação dos Aquicultores da Região do Contestado, de Caçador, referente ao exercício de 2018.

Nelson Hahn
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 19/06/19

* * *

OFÍCIO Nº 0258.0/2019

Ofício Nº 003/2019/AICSJB Botuverá/SC, 15 de junho de 2018.
Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Coral São José de Botuverá - Coral Giuseppe Verdi, de Botuverá, referente ao exercício de 2018.

Moacir Merizio
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 19/06/19

* * *

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1740, de 25 de junho de 2019

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE:

ART. 1º DESIGNAR o servidor **AUGUSTO CESAR FERREIRA**, matrícula nº 6330, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Gerência - Projetos e Desenvolvimento, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, EDSON TADEU BEZ, matrícula nº 1085, que se encontra em fruição de licença-prêmio, por 15 (quinze dias), a contar de 21 de junho de 2019 (DTI - CPD - Gerência de Projetos e Desenvolvimento).

ART. 2º Com base no § 2º do art. 26 da Resolução nº 002/2006, por estar no exercício de função de confiança, no período, o servidor não perceberá o adicional de exercício.

Neroci da Silva Raupp
Diretor-Geral

* * *

PORTARIA Nº 1741, de 25 de junho de 2019

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no art. 18, II, III, IV, IX e XIII, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE:

PRORROGAR, por 45 (quarenta e cinco) dias, os efeitos da Portaria nº 1698, de 10 de junho de 2019 que constituiu Procedimento Administrativo, a contar de 25 de junho de 2019.

Neroci da Silva Raupp
Diretor-Geral

* * *

PORTARIA Nº 1742, de 25 de junho de 2019

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no art. 18, II, III, IV, IX e XIII, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

CONSIDERANDO

os fatos que chegaram ao conhecimento dessa Diretoria-Geral em reunião realizada em 05 de junho de 2019, na sala do Diretor-Geral, com a presença dos titulares das áreas administrativas às quais o contrato nº 096/2011 está vinculado, dando conta de notas fiscais referentes ao pagamento de horas extras e diárias, tomando-se necessária a apuração e identificação das referidas notas e a efetiva prestação dos serviços.

RESOLVE, com fundamento no art. 58, III da lei 8.666/93; e art. 884 do Código Civil (lei nº 10.406/02):

Art. 1º DETERMINAR a instauração de **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº DG-ProcAdm-003/2019**, a fim de se apurar a efetiva prestação e entrega dos serviços mencionados nas notas fiscais acima descritas.

Art. 2º DESIGNAR os servidores **ANTONIO HENRIQUE COSTA BULCÃO VIANNA** matrícula nº 1877 e **RODRIGO MACHADO CARDOSO** matrícula nº 6305, atualmente lotados na **Coordenadoria de Licitações e Contratos**, para dar cumprimento ao disposto no artigo anterior.

Art. 3º Para bem cumprir as suas atribuições, o servidor designado terá acesso a toda a documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer declarações, depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 4º Os servidores, designados no Art. 2º, terão o prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do conhecimento dos fatos, para conclusão dos procedimentos administrativos, dando ciência ao Diretor-Geral, através de elaboração de relatório final conclusivo.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Neroci da Silva Raupp
Diretor-Geral

* * *

REDAÇÕES FINAIS**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 177/2019**

Revoga o item 524 do Anexo Único da Lei nº 16.733, de 2015, que "Consolida as Leis que dispõem sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina", para excluir do rol das entidades declaradas de utilidade pública estadual a Fundação Centro Regional de Tecnologia em Informática de Santa Catarina (CERTI), de Florianópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o item 524 do Anexo Único da Lei nº 16.733, de 15 de outubro de 2015, referente à Fundação Centro Regional de Tecnologia em Informática de Santa Catarina (CERTI), com sede no Município de Florianópolis.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 12 de junho de 2019.

Deputado **ROMILDO TITON**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

(Republicada por incorreção)

* * *

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 048/2019

Reconhece o Município de Timbó como a Capital Catarinense do Cicloturismo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º O Município de Timbó fica reconhecido como a Capital Catarinense do Cicloturismo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 19 de junho de 2019.

Deputado **ROMILDO TITON**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

* * *

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 177/2018

Estabelece normas para publicação, tramitação e comunicação de processos, peças e atos públicos e privados, administrativos e judiciais através de sítios eletrônicos veiculados sob a responsabilidade de empresas jornalísticas no Estado de Santa Catarina, e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado no Estado de Santa Catarina o uso de meio eletrônico para publicação, tramitação e comunicação de processos, peças e atos públicos e privados, administrativos e judiciais através de sítios eletrônicos veiculados sob a responsabilidade de empresas jornalísticas devidamente registradas na forma da lei e que editem jornal digital periodicamente.

§ 1º O uso de meio eletrônico para publicação, tramitação e comunicação de processos, peças e atos públicos e privados, administrativos e judiciais através de sítios eletrônicos previsto nesta Lei, dará publicidade ao ato, no que couber, para todos os fins legais.

§ 2º O acesso às publicações eletrônicas previstos nesta Lei não poderá ser por meio da utilização de recursos tecnológicos sofisticados que possam dificultar ou limitar o acesso público.

§ 3º O jornal digital deverá estar hospedado em endereço de fácil acesso na internet e amplamente divulgado junto à população.

§ 4º As publicações eletrônicas de que trata o *caput* deste artigo, poderão ser consultadas pelo público em geral sem custos, através de espaços criados especialmente dentro do *site* ou sítio eletrônico onde será veiculado o jornal digital.

Art. 2º Para efeito desta Lei, considera-se:

I - meio eletrônico: página ou conjunto de páginas da internet com informação diversa, acessível através de computador ou de outro meio eletrônico;

II - sítio eletrônico ou *site*: local na internet identificado por um nome de domínio, constituído por uma ou mais páginas de hipertexto, que podem conter textos, gráficos e informações em multimídia. Sinônimo de localidade;

III - internet: é o conjunto de redes de computadores que, espalhados por todas as regiões do planeta, trocam dados e mensagens utilizando um protocolo comum;

IV - rede: conjunto de computadores interligados, compartilhando um conjunto de serviços;

V - domínio: é um nome que serve para localizar e identificar conjuntos de computadores, departamentos ou organizações na rede internet;

VI - jornal digital: meio eletrônico no qual serão veiculadas as publicações digitais previstas no art. 1º desta Lei.

Art. 3º As publicações no jornal digital de que trata esta Lei terão sua autenticidade, validade jurídica e integridade asseguradas pela certificação digital ICP Brasil Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira, proveniente de Autoridade Certificadora Raiz, o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), vinculado à Casa Civil da Presidência da República.

Art. 4º O disposto nesta Lei não se aplica aos casos em que legislação específica para a validade do ato exigir, pelo meio eletrônico ou não, a publicação no Diário Oficial da União, no Diário Oficial do Estado e dos Municípios, ou naqueles que veiclem atos exclusivos dos órgãos judiciários.

Art. 5º As publicações previstas no art. 1º desta Lei, após serem veiculadas no jornal digital, não poderão sofrer modificações ou supressões.

Parágrafo único. Eventuais retificações de atos já publicados deverão constar em nova publicação e com referência expressa, precedida de ementa explicativa, do que foi retificado.

Art. 6º O Poder Executivo, com base nas legislações federal e estadual, poderá regulamentar, através de decreto, a organização do serviço de divulgação, publicação, tramitação e comunicação de processos, peças e atos públicos e privados, administrativos e judiciais pelo meio eletrônico, na forma autorizada por esta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 19 de junho de 2019.

Deputado **ROMILDO TITON**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

* * *

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 004/2019

Aprova a apresentação de Proposta de Emenda à Constituição Federal, para alterar o § 7º do art. 195, a fim de conceder imunidade tributária, referente à contribuição para a seguridade social, aos hospitais públicos, às unidades públicas básicas de saúde e às de pronto atendimento.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada a apresentação, à Câmara dos Deputados, da Proposta de Emenda à Constituição Federal constante do Anexo Único desta Resolução, nos termos e para os fins do disposto no inciso III do art. 60 da Constituição Federal.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 19 de junho de 2019.

Deputado **ROMILDO TITON**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

ANEXO ÚNICO**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

Altera o § 7º do art. 195 da Constituição Federal, para o fim de conceder imunidade tributária, referente à contribuição para a seguridade social, aos hospitais públicos, às unidades públicas básicas de saúde e às de pronto atendimento.

Art. 1º O § 7º do art. 195 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 195.....

§ 7º São imunes de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei, os hospitais públicos, as unidades públicas básicas de saúde e as de pronto atendimento.

....." (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro exercício financeiro subsequente.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta de Emenda à Constituição tem o objetivo de restabelecer o equilíbrio entre as obrigações impostas aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e suas respectivas receitas.

Observando os preceitos constitucionais expostos no inciso III do art. 60 da CF/88, elevo à consideração dos nobres Pares a presente Proposta de Emenda à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a qual almeja que seja reconhecida a imunidade tributária à prestação das contribuições para a seguridade social aos hospitais públicos, estaduais e municipais, e às unidades públicas de pronto atendimento e atendimentos emergenciais, como as Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), os postos de saúde, entre outras unidades públicas que prestam o serviço de saúde totalmente gratuito à população.

O constituinte originário provisionou, acertadamente, por meio do art. 195, § 7º, da Constituição Federal de 1988, imunidade tributária quanto às contribuições sociais para o custeio da seguridade social às entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei. As entidades que se enquadram nessa previsão constitucional são as entidades com a finalidade de prestação de serviços nas áreas de assistência social, saúde ou educação, conforme previsão do art. 1º da Lei federal nº 12.101, de 27 de novembro de 2009:

“Art. 1º - A certificação das entidades beneficentes de assistência social e a isenção de contribuintes para a seguridade social serão concedidas às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social com a finalidade de prestação de serviços nas áreas de assistência social, saúde ou educação, e que atendam ao disposto nesta lei.”

Percebe-se, com a narrativa do diploma legal supracitado, que se enquadram no rol de entidades beneficiárias da imunidade tributária as pessoas jurídicas de direito privado, entre as quais se enquadram os hospitais filantrópicos que atendam aos dispositivos previstos no corpo da Lei federal nº 12.101/2009. Sendo assim, é de se questionar o motivo de os hospitais e as unidades de atendimento emergencial públicos não receberem a benesse em questão, tendo em vista que, enquanto às entidades sociais é exigido ofertar a prestação de seus serviços ao Sistema Único de Saúde (SUS), em um percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), para serem reconhecidas, conforme o inciso II do art. 4º da Lei federal nº 12.101/2009, os hospitais públicos e as unidades de atendimento emergencial públicas assumem o atendimento junto ao Sistema Único de Saúde em 100% (cem por cento).

Em busca da resposta ao questionamento, dirigimo-nos à Carta Política de 1988. Ao ser confectionada a Lei Suprema, dispensou-se a apreciação da hipótese de abarcamento, no § 7º do art. 195, dos hospitais e das unidades de pronto atendimento que prestam serviço totalmente público. Contudo, cabe o questionamento se houve realmente a falha de esquecimento do Poder Constituinte originário de agraciar com a benesse da imunidade tributária os hospitais públicos, ou se seria uma questão de exegese?

O Pretório Excelso, na apreciação da ADIN 2.028/DF, no ano de 2017, trouxe à baila o seguinte entendimento:

“Entidade beneficente é aquela sem fins lucrativos, que não visa interesse próprio, mas alheio, trabalhando em benefício de outros. Deve atuar no campo da assistência social, auxiliando o Estado na busca pela melhoria de vida da população e realização de necessidades básicas em favor dos hipossuficientes.”

Seguindo o estudo do voto do Excelentíssimo Ministro Marco Aurélio, temos que:

“O Tribunal reconhece sentido mais amplo ao termo ‘assistência social’ constante do artigo 203 da Carta de 1988, assentando que, entre as formas de promover os objetivos revelados nos incisos desse preceito, estão incluídos os serviços de saúde e educação. Toda pessoa jurídica que preste esses serviços, sem pretender lucro, com caráter assistencial, em prol da coletividade e, em especial, dos menos favorecidos, estará atuando em concerto com o Poder Público na satisfação de direitos fundamentais sociais.” (grifei)

Conclui-se, pois, que a imunidade tributária ora em apreço, na ótica da Corte Suprema, possui uma abrangência ampla, não se restringindo apenas às entidades filantrópicas - assim entendidas as que só prestam serviços a pessoas carentes, mantendo-se exclusivamente de doações/subvenções -, mas sim às entidades em geral que prestam atendimento aos cidadãos hipossuficientes, sem finalidade de lucro, que atendam às exigências previstas em lei.

Para corroborar o entendimento do Supremo Tribunal Federal, socorremo-nos aos ensinamentos do Professor Sacha Calmon Navarro Coelho, o qual assevera que:

“As pessoas imunes, na espécie, são as beneficentes, isto é, as que fazem o bem, a título de assistência social, em sentido amplo, sem *animus lucrandi*, no sentido de apropriação do lucro.” (SACHA, Calmon Navarro Coelho, Curso de Direito Tributário Brasileiro, 3ª edição. Forense, 1999, p. 148).

Todavia, ao voltarmos à análise minuciosa da ADIN 2.028/DF, deparamo-nos com os ensinamentos do Mestre Teori Zavascki, esculpido na Ementa da ação em tela:

“1. [...] fica evidenciado que (a) entidade beneficente de assistência social (art. 195, § 7º) não é conceito equiparável a entidade de assistência social sem fins lucrativos (art. 150, VI); (b) a Constituição Federal não reúne elementos discursivos para dar concretização segura ao que se possa entender por modo beneficente de prestar assistência social; (c) a definição desta condição modal é indispensável para garantir que a imunidade do art. 195, § 7º, da CF cumpra a finalidade que lhe é designada pelo texto constitucional; e (d)

esta tarefa foi outorgada ao legislador infraconstitucional, que tem autoridade para defini-la, desde que respeitados os demais termos do texto constitucional’.”

A brilhante análise do Ministro Teori Zavascki norteia nosso estudo, tendo em vista que deixa a conceituação de entidade beneficente de assistência social mais restrita, ao asseverar que esta não se equipara à entidade de assistência social sem fins lucrativos. O consagrado douto continua sua análise ensinando que a tarefa de definir a condição modal para haver a imunidade tributária foi outorgada ao legislador infraconstitucional. Em seu voto na ADIN 2.028/DF, define:

“Não é o caso, ainda, de deferir aditamentos às iniciais, porque a Lei 12.101/09 - hoje vigente - modificou substancialmente o sistema de assistência social e os procedimentos de certificação das entidades beneficentes dele participantes”.

Com esta imperiosa exposição, verifica-se que, a priori, a imunidade prevista no § 7º do art. 195 da CF/88 não alcançou efetivamente os hospitais públicos, municipais e estaduais, tampouco as unidades públicas de atendimento emergencial, tratando-se, pois, de falha de esquecimento por parte do constituinte originário de conceder a imunidade tributária devida aos hospitais públicos.

Entretanto, cabe destacar que por meio da Apelação Cível 2000.71.00.002763-0, julgada no TRF4, no ano de 2006, sob relatoria do Excelentíssimo Doutor Leandro Paulsen, foi reconhecida a imunidade tributária do art. 195, § 7º, CF/88, a hospital municipal instituído sob forma de autarquia:

“TRIBUTÁRIO. IMUNIDADE. ART. 195, § 7º, DA CONSTITUIÇÃO. - Em se tratando de hospital municipal criado por determinação legal para a prestação de assistência médica e hospitalar da população, decorre da própria lei municipal e da sua natureza de autarquia o caráter beneficente e a utilidade pública, a ausência de fins lucrativos, a manutenção por recursos orçamentários, a aplicação dos recursos na atividade. - Consideram-se satisfeitos os requisitos do art. 14 do CTN e supridos os requisitos do art. 55 da Lei 8.212/91.” (TRF4, AC 2000.71.00.002763-0, Segunda Turma, Relator Leandro Paulsen, DJ 25/01/2006).

Nos termos do exposto até aqui, deparamo-nos com uma devastadora incerteza jurídica e um grande índice de judicialização, posto que administradores municipais e estaduais têm entendimentos diversos sobre a imunidade tributária.

Para por fim a essa insegurança jurídica que persegue as Administrações Estaduais e Municipais, sugiro esta Proposta de Emenda à Constituição Federal, que visa assegurar a devida imunidade tributária no que concerne às contribuições para a seguridade social.

Frisa-se que sem esta situação de não incidência tributária, os hospitais públicos estão destinados ao fracasso, expostos a leilão, e quem paga são os cidadãos, principalmente os que se encontram no quadro de hipossuficiência. Municípios e Estados estão fadados à falência, tendo em vista que não conseguem manter o alto custo de um hospital e cumprir com suas pesadíssimas obrigações tributárias.

Tendo em vista esse diagnóstico da saúde tributária dos nossos hospitais públicos, percebe-se a necessidade irrefutável de garantir-lhes o mesmo benefício que possuem os hospitais filantrópicos, bem como às unidades públicas de pronto atendimento e às de atendimento emergencial.

Quanto à questão redacional da PEC em comento, ao trazer a expressão “imunidade” e não “isenção”, com a devida vênua ao constituinte originário, tem-se a intenção de se realizar a correção de vocábulos, tendo em vista que se trata de uma previsão constitucional. Invoca-se, para tanto, os ensinamentos do ilustre Professor Paulo de Barros Carvalho, que assevera:

“Com a ressalva do tropeço redacional, em que o legislador empregou isenção por imunidade, vê-se que há impedimento expresso para a exigência de contribuição social das entidades beneficentes referidas no dispositivo.” (CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário. 14ª edição. Saraiva 2002, p. 175).

Para solidificar esse entendimento, o Doutor Sacha Calmon Navarro Coelho assim diz:

“O art. 195, § 7º, da Superlei, numa péssima redação dispõe que são isentas de contribuições para a seguridade social. Trata-se, em verdade, de uma imunidade, pois toda restrição ou constrição ou vedação ao poder de tributar das pessoas políticas com habitat constitucional traduz imunidade, nunca isenção, sempre veiculada por lei infraconstitucional.” (Sacha Calmon Navarro Coelho, Curso de Direito Tributário, 3ª edição. Forense, 1999, p. 147/148).

Assim, por todo exposto, elevamos esta proposta à estimada consideração dos nobres Parlamentares e contamos com vosso apoio para a aprovação deste Projeto de Emenda à Constituição.
